



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**  
**CENTRO DE RTES, HUMANIDADES E LETRAS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA**

**MARLA MICHELLE NASCIMENTO PORTELA DO PRADO**

**O PATRIMÔNIO CULTURAL COMO CAMPO DE DISPUTAS**

**CACHOEIRA – BA**

**2010**

**MARLA MICHELLE NASCIMENTO PORTELA DO PRADO**

**O PATRIMÔNIO CULTURAL COMO CAMPO DE DISPUTAS**

Monografia apresentada ao Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

Orientador: Prof. Archimedes Ribas Amazonas.

**CACHOEIRA - BA**

**2010**

**MARLA MICHELLE NASCIMENTO PORTELA DO PRADO**

## O PATRIMÔNIO CULTURAL COMO CAMPO DE DISPUTAS

Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Museologia, Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Aprovada em 03 de dezembro de 2010.

### **Banca Examinadora:**

Prof. Archimedes Ribas Amazonas – Orientador \_\_\_\_\_  
Mestre em Cultura e Sociedade pela FACOM/ Universidade Federal da Bahia  
Salvador - BA  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof.<sup>a</sup> Maria Salete Nery \_\_\_\_\_  
Doutora em Ciência Sociais pela Universidade Federal da Bahia.  
Salvador - BA  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Carlos Alberto Santos Costa \_\_\_\_\_  
Mestre em Arqueologia e Conservação do Patrimônio pela Universidade Federal de Pernambuco  
Recife - PE  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

## AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas estão sempre ao lado, prontas para ajudar. E algumas pessoas se mantêm distantes... Incentivando com respeito e mandando boas energias.

Aos meus amados pais, Maria Marli e Vicente Portela, por sempre acreditarem em mim.

Ao meu amado tio Charles, que mora em meu coração, pelo apoio no momento certo.

Aos meus colegas e a gente baiana, por me acolher nestes anos tão delicados.

A Prof.<sup>a</sup> Patrícia Verônica, pelo importante apoio.

Ao Prof. Carlos Costa, pela leitura cuidadosa e por dicas essenciais para além deste trabalho.

A Prof.<sup>a</sup> Salete Nery, pela valiosa leitura e por toda inspiração.

Ao meu querido orientador, o Prof. Archimedes Amazonas, por todo incentivo e confiança.

A Cristiane Coelho, por estar sempre disposta quando tudo está por um triz.

A Kaiane, por as conversas de olhos, ouvidos e corpo, pela crítica e agudeza.

A Adriana, amiga de todas as horas cuja presença foi de um valor inestimável.

E ao meu amado e doce filhinho Guilherme, pela tolerância e companhia maravilhosa!

*A capacidade de reproduzir activamente os melhores produtos dos pensadores do passado pondo a funcionar os instrumentos de produção que eles deixaram é a condição de acesso a um pensamento realmente produtivo.*

Pierre Bourdieu, 2007, p. 63

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	7
<b>ABSTRACT</b> .....	8
<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	9
<b>1. INTRODUÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO</b> .....	10
<b>2. AS DELIMITAÇÕES DO CAMPO</b>	
2.1. A TEORIA DE CAMPO E O PATRIMÔNIO CULTURAL.....	13
2.2. O CAMPO PATRIMONIAL .....	19
2.3. A EMERGÊNCIA DE NOÇÕES DE PATRIMÔNIO CULTURAL .....	22
2.4. PATRIMÔNIO E PODER .....	36
<b>3. AUTONOMISAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CAMPO</b>	
3.1. O PATRIMÔNIO PARA AS VANGUARDAS .....	42
3.2. A AUTONOMIZAÇÃO DO CAMPO PATRIMONIAL .....	49
3.3. AS FUNÇÕES INTERNAS: A ARQUITETURA COMO CATEGORIA.....	57
<b>4. O INSTRUMENTO DE ESTUDO</b>	
4.1. PATRIMÔNIO E DIVERSIDADE CULTURAL.....	59
4.2. CONTRIBUIÇÃO AO SISTEMA DO PATRIMÔNIO CULTURAL .....	62
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	66

PRADO, Marla Michelle N. P. do. *O Patrimônio cultural como campo de disputas*. 70 f. 2011. Monografia (Graduação) – Museologia, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2011.

## RESUMO

Estudo do patrimônio cultural através do conceito de campo da teoria sociológica de Pierre Bourdieu. Através de revisão bibliográfica, sobre a trajetória das políticas preservação do patrimônio cultural no Brasil, propomos investigar como o instrumento teórico da sociologia pode nos trazer novas perspectivas de pesquisa, para o estudo e desenvolvimento de políticas para o patrimônio no Brasil. Assim, exploramos as possibilidades teóricas do conceito de campo ilustrando a formação do campo de produção do patrimônio cultural. A ação dos agentes na articulação com outros grupos e campos da sociedade, na formação e construção da crença que sustenta o campo, e os processos criativos de disputa na invenção de significados. A automização do campo de produção do patrimônio cultural é especulada, e assim, como construímos nossos valores e lutamos para conservá-los. Consideramos que diferentes noções de patrimônio estão em constante dinâmica de disputas por legitimidade cultural e, então, lançamos olhar sobre a contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural; campo; crença comum.

PRADO, Marla Michelle N. P. do. The field of cultural heritage as disputes. 70 pp. 2011. Monograph (Graduation) – Museology, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2011.

## ABSTRACT

Study of cultural heritage through the concept of field theory sociology of Pierre Bourdieu. Through literature review on the trajectory of the policies of cultural heritage preservation in Brazil, propose to investigate how the instrument can in theoretical sociology bring new perspectives for research, for study and development of policies for equity in Brazil. Thus, we explored the theoretical possibilities of illustrating the concept of field training production field of cultural heritage. The action of the agents in liaison with other groups and sectors of society, training and construction of belief that sustains the field, and creative processes of dispute in the invention of meanings. The field's production automização of cultural heritage is speculated, and so we build our values and strive to retain them. We consider different notions heritage are in constant dynamic of disputes over legitimacy cultural and then released about the contemporary look.

**Keywords:** Cultural heritage; field; common belief.

## LISTA DE SIGLAS

CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
Dphan	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Icomos	International Council of Monuments and Sites (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios)
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MES	Ministério da Educação e Saúde
PCH	Programa de Reconstrução das Cidades Históricas
Sphan	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)

## 1. INTRODUÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Em diversos momentos o Patrimônio Cultural nos preocupou<sup>1</sup>. A algumas questões nos dedicamos por mais tempo e, em determinado ponto, identificamos homologias em nossas pesquisas. Através de generalizações chegamos ao entendimento que qualquer ponto proposto a análise seria um instante parcial de uma construção em constante processo, estando assim todos ligados e compondo uma dinâmica, como propriedades e instantes de uma estrutura sempre em re-estruturação. Deste modo, consideramos cada questão como uma entre tantas possíveis e que, se podemos considerá-las como demandas de pesquisa é por uma pré-concepção, por já existirem no censo comum.

No censo comum noções de “Patrimônio Cultural” aparecem naturalizadas, podendo ser compreendido de diferentes formas e sentidos. Diferentes noções compõem múltiplos aspectos como instantes do todo dinâmico a que nos propomos estudar. A menos que considerássemos cada uma de forma relacional em seus múltiplos aspectos estaríamos apenas confirmando este censo comum.

Nossa preocupação é esboçar um espaço de pesquisa que nos dê mobilidade. Por uma orientação capaz de dar coerência ao conjunto, não como problemas isolados, mas relacionados entre si, relacionados aos grupos sociais que lhe produzem, à sua produção cultural e simbólica e as formas e sentidos atribuídos a esta, e desta forma servir a nossa prática profissional.

Propomos aqui um ensaio buscando a aplicação da teoria sociológica de Bourdieu, a teoria de campo, ao patrimônio cultural, e com rigor esmiuçar cada possível dúvida que tenha feito parte do próprio desenvolvimento desta pesquisa. Para tanto, partiremos de uma revisão bibliográfica sobre as políticas de preservação no Brasil (CHUVA, 2003; COSTA, 2009; FONSECA, 2005; JULIÃO, 2009; MAGALHÃES, 2007; MICELI, 2001; PELEGRINI, 2006 e 2008; SCHWARCZ,

---

<sup>1</sup> **A Ação jurídica na Defesa do Patrimônio Cultural: O status do Patrimônio Imaterial**, 2009. UFS - Cidade: Laranjeiras - Evento: EREMU-NE; **Atenção a Cachoeira**, 2007. UFRB/ CAHL - Cachoeira – BA - Evento: I Seminário Interno de Pesquisa do Centro de Artes, humanidades e Letras; **Atenção a Cachoeira**, 2008. UFSC - Florianópolis - SC - Evento: 3º Encontro Nacional de Estudantes de Museologia.

1993 e 1989; SCIFONI, 2006). Neste intuito, podemos destacar o trabalho de Maria Cecília Londres Fonseca, que analisa o “processo” do patrimônio em perspectiva “primordialmente histórica” (2005, p. 29); de Sérgio Miceli, que estuda a produção intelectual brasileira; o estudo de Sandra Pelegrini, sobre a trajetória legal do patrimônio cultural e o patrimônio imaterial; e o trabalho de Simone Scifoni, que estuda a construção do patrimônio natural.

As pesquisas de Márcia Chuva, Ferreira Costa, Aline Magalhães, Letícia Julião, Lilia Moritz Schwarcz; são relevantes, como também a de Miceli, para o apanhado relacional dos primeiros anos das políticas de patrimônio. Em especial sobre a relação da “*construção do patrimônio*” com os grupos conservadores da sociedade, seja nos juízos de arte e arquitetura ou, na concorrência com pensamentos museais.

Estudar aspectos do patrimônio cultural pelo viés sociológico da teoria de campo de Pierre Bourdieu é uma tarefa que já vem sendo experimentada em diferentes propostas (CHUVA, 2003; COSTA, 2009; MAGALHÃES, 2007; SILVA, 2010). Em nossa proposta, possibilidades de abordagens da temática do patrimônio cultural por meio da teoria de campo serão abordadas. A fim de especular as perspectivas críticas que o uso deste instrumento teórico pode trazer ao desenvolvimento contemporâneo de estudos e políticas de patrimônio.

Na primeira parte situamos a abordagem de patrimônio cultural como *campo* e exploramos as delimitações da aplicação desta perspectiva teórica para nosso objeto. Em seguida apresentamos uma abordagem da emergência de noções de “patrimônio cultural” e de suas formulações iniciais no Brasil em uma perspectiva histórica e dentro de contextos e disposições sociais, então, introduzimos um debate sobre a orientação que adotamos e a relação que propomos entre patrimônio e poder.

Na segunda parte desenvolvemos algumas interpretações sobre a institucionalização do campo patrimonial no Brasil, utilizamos como referência a obra *O Patrimônio em Processo* de Maria Cecília Londres da Fonseca, e, a partir da teoria de *campo* nós investigamos alguns aspectos deste processo, a fim de demonstrar a funcionalidade desta orientação para os estudos de patrimônio. Então, escolhemos trabalhar aspectos que apresentando relevância para nossa interpretação também pudessem ilustrar e tornar referência o método de investigação que propomos para estudos em processos contemporâneos.

Os aspectos mais identificados com o desenvolvimento de políticas ou posturas de preservação, conservação ou restauro de bens culturais, bem como, interpretação de trajetórias de instituições museológicas e órgãos ligados a preservação e proteção do patrimônio, só serão abordados brevemente na medida em que se relacionam com noções de patrimônio que concorrem em um dado momento.

Para a terceira parte preparamos uma apresentação geral sobre o contexto contemporâneo do patrimônio em relação com o desenvolvimento e troca com outros *campos*, então situamos o campo patrimonial e apontamos para algumas das disposições e principais questões que na atualidade podem ou têm gerado preocupações e demandas para nossa atuação profissional. Também preparamos uma abordagem, dentre tantas possíveis, da construção perspectiva de nosso sistema simbólico, optamos por uma abordagem política e esboçamos algumas idéias e opiniões, no sentido maior de sugerir investigações, sem a pretensão encontrar a “panacéia do patrimônio”, mas notar a prática, a automatização da reprodução, por uma crítica da prática profissional.

## 2. AS DELIMITAÇÕES DO CAMPO

### 2.1 A TEORIA DE CAMPO E O PATRIMÔNIO CULTURAL

O que definimos hoje como Patrimônio Cultural está assegurado por uma *doxa*, um conjunto de pressupostos que compõem uma crença comum, que, neste caso, sustenta que alguns bens, produtos, ou práticas culturais; devem ser registrados e/ou protegidos como valor cultural a ser herdado por gerações futuras. Mas, esta crença comum não é emanante dos produtos culturais, que são alvos de uma seleção e hierarquização que antecede a disputa simbólica pelo valor como bem do patrimônio cultural.

Falar de hierarquização de bens culturais é admitir o espaço social como um espaço de relações de poder desiguais, e estas, como construções históricas e, notadamente, políticas. Em nosso cotidiano estamos a todo o momento selecionando e hierarquizando, nossas escolhas e posicionamentos definem para nós e para os outros um lugar no universo social. Ao afirmar, por exemplo, o gosto por determinado gênero musical, se opera uma relação de proximidade e distanciamento, em relação a práticas e grupos culturais da sociedade.

Se no cotidiano uma pessoa opta por vestir-se de forma elegante ou despojada, a elegância ou o despojamento atribuído aquela forma de vestir-se não é um dado objetivo de dada indumentária, ao escolher entre um vestido de viscose em corte reto ou um vestido de chita em corte rodado, valores e juízos de gosto, inculcados como legítimos na cumplicidade das práticas sociais, definiram a escolha e confirmaram o rótulo. Deste modo, as práticas culturais são hierarquizadas antes de concorrerem a patrimonialização.

Se, em um exemplo hipotético, na *doxa* do patrimônio cultural o respeito a uma moral cristã é relevante, a prática da prostituição (como prática cultural estruturada e estruturante, complexa e multidimensional, que existe no espaço social dentro de condições, limites, coerções e significados relacionais a sociedade em que está imbricada) por conflitar com juízos sociais sobre o corpo, o sexo, e a família; não concorrerá à classificação como bem do patrimônio cultural. Não somente por este

aspecto da *doxa*, que não é unívoca e nem tão pouco pode ser reduzida a girar em torno de tal, mas, sobretudo, por uma série de aspectos compostos em simetria dinâmica com as *verdades* dominantes. O que ilustra a existência de uma hierarquização das práticas culturais, relacionada a juízos de valor históricos e politicamente construídos e, *naturalmente* ignorados.

Com questionamentos simples sobre as classificações culturais no dia-a-dia, podemos verificar que a patrimonialização não é disponível a todas as manifestações da cultura, e ainda, que se isto parece natural é por existir uma cumplicidade com as formas de reprodução cultural. O que não significa um acordo quanto ao que deve ser patrimônio, mais sim, disposições sociais que se tornam alvo de disputas simbólicas neste processo.

Na concepção de Bourdieu (2007, p. 109; 2007a) o espaço social é uma arena, onde grupos sociais negociam significados e onde se formam disputas simbólicas por distinção, por legitimidade cultural. Exerce o domínio aqueles que detêm o monopólio da violência simbólica legítima, o poder específico de construir, reproduzir e manipular a *verdade* e impor a seus pares.

É neste sentido que a realidade social pode ser entendida como relacional, não existe uma realidade social objetiva, mas sim, apreensões e percepções imbuídas de juízos de gosto e de valor em nada naturais.

A classe (ou o povo, ou a nação, ou qualquer outra realidade social de outro modo inapreensível) existe se existirem pessoas que possam dizer que elas são a classe, pelo simples fato de falarem publicamente, oficialmente, no lugar dela, e de serem reconhecidas como legitimadas para fazê-lo por pessoas que, deste modo, se reconhecem como membros da classe, do povo, da nação ou de qualquer outra realidade social que uma construção do mundo realista possa inventar e impor. (BOURDIEU, 1990, p. 168)

Ora, então não é um dado que o espaço social seja constituído de relações de poder desiguais? Mas, este dado empírico nos permite supor que os grupos dominantes e dominados existem em semelhantes condições e condicionamentos nas sociedades? De acordo com a teoria Marxista sim. Logo, por esta teoria, a consciência de classe, entre coisas, determina quais grupos serão dominantes:

Os fundadores destes sistemas vêem, claramente, os antagonismos de classe, como também a ação dos elementos de decomposição na forma da sociedade predominante. Mas o proletariado, ainda na infância, oferece-lhes o espetáculo de uma classe sem iniciativa histórica ou movimento político independente. (MARX e ENGELS, 1998, p. 57).

Para Bourdieu:

Os 'sujeitos' são, de fato, agentes que atuam e que sabem, dotados de um senso prático (...), de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada. (1996:42)

Com esta perspectiva sobre os "sujeitos" na sociedade e, sobre a realidade social como relacional de acordo com os juízos de gosto e de valor, que, inculcados, orientaram a percepção, o reconhecimento e a rotulação "que uma construção do mundo realista possa inventar e impor"; Bourdieu usando como o recurso à noção de "habitus", um conceito aristotélico-tomista<sup>2</sup>, o repensa "como uma maneira de escapar dessa alternativa do estruturalismo sem sujeito e da filosofia do sujeito."<sup>3</sup> (Bourdieu, 1990, p.22). Em sua re-elaboração:

"Construir a noção de habitus como sistema de esquemas adquiridos que funciona no nível prático como categorias de percepção e apreciação, (...) como princípios organizadores da ação, significava construir o agente social na sua verdade de operador prático de construção de objetos". (BOURDIEU, 1990, p. 26)

Assim, Bourdieu destaca o agente social como ativo, reconhecendo que este internalizará as representações da estrutura social, mas, com capacidade criativa de

---

<sup>2</sup> Este conceito escolástico aparece também em autores como Emile Durkheim, Marcel Mauss e Max Weber.

<sup>3</sup> O estruturalismo sem sujeito é produto *dos pensadores do passado*, entre eles Althusser. E, acreditamos que nesta breve síntese, o que Bourdieu chama de "filosofia do sujeito" seja uma referência às teorias Estéticas da filosofia, que têm a frente nomes como Kant e Baumgarten. Ao final de *A Distinção*, obra em que Bourdieu afirma a Sociologia do Gosto, o sociólogo afirma que a ausência de qualquer referência a Estética em seu estudo parte de uma rejeição deliberada.

agir sobre elas. O “sujeito” não é tido como mero reflexo ou conseqüência mecânica dos condicionamentos e coerções sociais, como também, os grupos não são entendidos como blocos antagônicos, homogêneos e estáticos.

Então, vale dizer que considerando exista dominantes e dominados e que todos são “sujeitos”, logo, por esta ótica, não caberia crer em um maquiavelismo por parte dos grupos dominantes. Até mesmo porque não se trata de blocos fechados em oposição cultural, mas grupos formados agentes dotados de conhecimento e criatividade. Então, acordos e negociações de significados podem existir. Para Bourdieu:

A posição de um indivíduo ou de um grupo na estrutura social não pode jamais ser definida apenas de um ponto de vista estritamente estático, isto é, como posição relativa (“superior, “média” ou inferior”) numa dada estrutura e num dado momento. O ponto da trajetória, que um corte sincrônico apreende, contém sempre o sentido do *trajeto social*. (2007, p. 7. Ênfase do autor)

Consideramos este modo de compreensão do espaço social interessante para os estudos do Patrimônio Cultural. Não podemos mais tratar a representação do Patrimônio Cultural por visões dicotômicas. Se outrora houve denúncias quanto às políticas de preservação no Brasil, apontando um favoritismo pelos “bens da elite”, estas reivindicações foram benéficas. Hoje se deve, sim, reclamar o reconhecimento de grupos culturais por meio de suas manifestações, porém, colocar a questão em termos de seguimentos de classe não contribui para a melhora ao acesso aos diferentes bens culturais, ao contrário, reforça barreiras e estigmatiza grupos diversos e mais complexos do que a expressão “minorias sociais” pode rotular.

Considerando que em uma sociedade pode existir grupos culturais diversos, e também, que os sujeitos pertencentes a estes grupos exercem seu conhecimento de forma criativa quanto aos seus esquemas de percepção adquiridos. Então, a posição do sujeito na sociedade não será uma conseqüência mecânica, mas, um ponto numa trajetória, apreensível em um “corte sincrônico” de sua história social, política e econômica, e ainda, o resultado de identificações, reconhecimentos, tomadas de posição, negociações e, “trocas simbólicas” em um dado momento do “*trajeto social*”.

Os grupos sociais não são fechados em si mesmos, mas, multidimensionais. Então, os sujeitos exercem domínio e são dominados. A cultura, como dinâmica e complexa, não pode ser reduzida ao domínio de sua produção, reprodução e manipulação de um grupo da sociedade. Cada sujeito é dominante e dominado em suas posições relacionais e multidimensionais no espaço social. E esta dinâmica existe nas disputas simbólicas por legitimidade cultural. Por exemplo: O grupo de produtores do “*forro eletrônico*” é dominante no conhecimento cultural dos aspectos próprios a este ritmo, e é dominado no conhecimento que legitima sua produção como pertencente ao gênero “*forro*”, podendo ser dominado ainda pela indústria fonográfica, entre outros grupos culturais.

O conceito de *habitus* re-elaborado por Bourdieu é um “*instrumento teórico*” interessante para uma análise crítica da formação, reprodução e manipulação de nossas ferramentas de construção do patrimônio cultural. Contudo, é a teoria de campo (que não pode ser compreendida separadamente do conceito de *habitus*), que nos será mais valiosa neste trabalho.

O conceito de campo, da teoria sociológica de Bourdieu, nos permitirá estudar o processo de construção da instituição do patrimônio cultural no Brasil. Mas, não como um processo mecânico. Pretendemos, com o uso deste conceito, estudar como se constitui uma *doxa* que torna possível a instituição. Considerando este processo a construção de uma *verdade*, de uma *realidade*, dentro de um espaço de relações desiguais de poder. Assim, a inserção da instituição na sociedade é possível através do jogo estratégico, em que, lança-se mão a criatividade no uso de todo um capital cultural absoldido, “um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da ‘pessoa’, um *habitus*.” (BOURDIEU, 1990, p. 74). Ponderando que as instituições sejam criadas por sujeitos **sociais**

Se as relações constitutivas do campo de posições culturais não revelam completamente seu sentido e sua função a não ser quando referidas ao campo das relações entre as posições ocupadas por aqueles capazes de produzi-las, reproduzi-las e utilizá-las, tal ocorre porque as tomadas de posição intelectuais ou artísticas constituem, via de regra, estratégias inconscientes ou semiconscientes em meio a um jogo cujo alvo é a conquista da legitimidade cultural, ou melhor, do monopólio da produção, da reprodução, e da manipulação

legítimas dos bens simbólicos e do poder correlativo da violência simbólica legítima. (BOURDIEU, 2007, p. 168-169)

Um campo onde se produz e reproduz uma crença é:

(...) um espaço estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desses espaços – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. (BOURDIEU, 1997, p. 57)

Por esta teoria, cada campo só poderá ser entendido por uma perspectiva relacional. Devendo-se considerar que existem outros campos e, em que cada campo, seus agentes defenderão seus domínios. O campo de produção do cultural, por exemplo, para existir teve a frente um grupo de sujeitos dotados de empreendedorismo e inovação. Para afirmar uma crença, de que bens culturais deveriam ser preservados para futuras gerações, este grupo teve que articular-se, por meio de estratégias e negociações, com grupos e sujeitos de campos já estruturados na sociedade.

Os agentes de um campo já estruturado defenderam a crença que se produz e reproduz no campo, assim como, o monopólio da violência simbólica legítima, que é o *poder simbólico* específico de manipular “a verdade” que produz e impõe esta aos seus pares.

Se, no espaço social surge um grupo com pretensões de produzir e impor uma crença, de criar um novo campo de produção cultural, logo, surgirá pares dispostos a absorver este grupo ou aniquilá-lo. Isto porque criar um novo campo de produção cultural significa impor uma *verdade*, logo mexer com as estruturas de uma sociedade. O que provavelmente pode incomodar grupos mais conservadores da sociedade.

No caso do campo de produção do patrimônio cultural, ao grupo que coube sua construção coube também articular negociações com seus possíveis grupos pares. Assim, os campos de produção cultural que já lidavam com a preservação de bens culturais, como: bibliotecas, arquivos, museus, universidades, centros de pesquisa, entre outros.

Um campo só existe quando alcança uma autonomia relativa na sociedade, ou seja, quando a *verdade* que produz torna-se **uma crença comum** entre seus pares. Para tanto, além do espírito de inovação é necessário lidar com coerções, demandas e disposições, para então, obter *poder simbólico*, legitimidade cultural para produzir, reproduzir e manipular uma crença.

Considerando que o campo se configure em negociações e troca com outros campos, que sua crença é construída neste multifacetado processo, um grupo social não constrói uma crença aparte ou em total autonomia de seus pares. Quando a crença negociada alcança legitimidade, quando o campo atinge uma autonomia relativa, então se pode falar de **uma doxa**, e logo, de ortodoxos e heterodoxos em um dado campo. É então que o grupo de aspirações revolucionárias se tornará cada vez mais conservador, que o domínio sobre a crença que se produz causará maior preocupação, e as disputas internas formaram hierarquias para dificultar o acesso de novos agentes à manipulação da crença.

É neste sentido que a teoria de campo se mostra potencial aos nossos estudos. Podemos admitir que múltiplas noções de patrimônio cultural componham a dinâmica do processo criativo de construção de nossa crença. Não temos um processo factual, e novos estudos podem contribuir para a avaliação e desenvolvimento de nossas ações.

## 2.2 O CAMPO PATRIMONIAL

Empregando o conceito de *campo* da teoria sociológica de Bourdieu ao patrimônio cultural esperamos dar conta de seus processos simbólicos e burocráticos. Porém, desnaturalizando o conceito de “patrimônio cultural” por uma visão multidimensional do *campo*. Sua forma e sentido não são estanques, mas apreensíveis como instantes na dinâmica de negociação entre os agentes de diferentes grupos sociais, estes, como produtores de significados a produção cultural. Assim, o aditivo criativo é conferido não somente aos administradores da burocracia do patrimônio, ou aos intelectuais que lhe idealizam, ou a uma classe social, ou ao Estado, ou ainda, a organismos internacionais; a criação simbólica do patrimônio cultural envolve formas e sentidos atribuídos (consciente ou

inconscientemente) e posicionamentos de grupo, num jogo onde agentes sociais participam da negociação utilizando-se de diferentes recursos (não apenas os recursos oficiais), ou estratégias, na construção do patrimônio cultural.

Bourdieu define que um *campo* deve ter “leis de funcionamento” que os caracterizam como relativamente autônomo e que regulem suas transformações e limites (2007, p. 176), e mais ainda, que:

Compreender a gênese social de um campo, e aprender a necessidade específica da crença que o sustenta, o jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair o absurdo do arbitrário e do não – motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. (BOURDIEU, 1989, p. 69. Ênfase do autor)

O *campo* a que dedicamos este estudo é institucionalizado, logo, suas leis de funcionamento podem ser consideradas algo bastante tangível na legislação que ampara sua burocracia, como também, em todo aporte oficial que regulamenta o funcionamento de suas instituições no Estado. Mas, dominar as estratégias oficiais do patrimônio não garante o sucesso neste jogo. Por exemplo, um grupo de produtores do “bolo cuca” pode junto com o “Centro de Tradições Gauchas” pedir o registro deste bem imaterial no livro dos fazeres de acordo com o Decreto Federal nº 3.551/00. Mesmo seguindo adequadamente as orientações legais e sendo bastante plausível a petição, o registro poderá ou não ocorrer, e o mérito do registro caberá mais aos seus produtores no alcance da legitimidade cultural do que a avaliação especializada dos agentes oficiais desta instância de legitimação cultural. O que queremos dizer é que o jogo que se joga no campo do patrimônio vai além do que se evidencia nos mecanismos legais, e que a produção deste *sistema simbólico* não está fechada aos agentes oficiais do patrimônio cultural.

Partindo do pré-suposto de que: “Todo ato de produção cultural implica na afirmação de pretensão a legitimidade cultural” (BOURDIEU, 2007, p. 108), e que a elevação a patrimônio cultural corresponde também a uma distinção, consideramos a instituição do patrimônio cultural uma instância de legitimação cultural, entre outras disponíveis. Contudo, um bem patrimonializado que componha este *sistema simbólico* é um bem de um grupo social, atribuído de códigos deste *sistema*

enquanto produto do *campo patrimonial* e de uma dinâmica interna enquanto produção cultural de um grupo da sociedade.

Vale dizer, quanto mais o campo de uma competição pela legitimidade cultural, tanto mais a produção pode e deve orientar-se para a busca das distinções culturalmente pertinentes em um determinado estágio de um dado campo, isto é, busca dos temas, técnicas e estilos que são dotados de valor propriamente cultural atribuindo-lhes marcas de distinção [...] reconhecidas pelo campo como culturalmente pertinentes e, portanto, suscetíveis de serem percebidas e reconhecidas enquanto tais, em função das taxinomias culturais disponíveis em um determinado estágio de um dado campo. (BOURDIEU, 2007, p. 109. Ênfase do autor)

Está é uma perspectiva que nos parece bastante interessante, pois permite um estudo relacional da construção do “*campo patrimonial*” com diferentes campos de produção cultural. Para ilustrar esta dinâmica esboçamos uma leitura nossa do estudo de caso realizado por Felipe Trotta: No caso do campo dos produtores do gênero musical “forró”, para alcançar legitimidade cultural em dada instância, como a mídia, um grupo de produtores deste gênero, usando da legitimidade de produção, reprodução e manipulação do ritmo, recria o gênero aproximando-o de produções em gêneros já bem aceitos na “mídia”, ou, cria estilos mais identificados com aspectos culturais de um grupo potencial de consumidores do gênero, assim como acontece no estilo musical do “forró eletrônico” (TROTТА, 2009). Ainda neste campo de produção musical, a criação de novos estilos pode não atender a intenção de legitimidade cultural, posto que, como produção cultural complexa, não se limite a um estilo no gênero que compõe a produção simbólica do campo, então, no momento em que no campo patrimonial existe a possibilidade de registro de bem imaterial da cultura, como o “Samba de Roda” (Inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão em: 5/10/2004 de acordo com o decreto nº 3551/00. Processo 01450.010146/2004-60), buscar “distinções culturalmente pertinentes” ao campo patrimonial pode ser interessante para os grupos desta produção cultural.

O Campo patrimonial, além de uma instância de legitimação cultural institucionalizada, é também uma agência de produção e gestão do *capital simbólico* da nação, e isso nós não perdemos de vista. Na perspectiva gramsciana de divisão

do trabalho, compreendemos o próprio Estado como formado por agentes *orgânicos* a diferentes grupos da sociedade (GRAMSCI, 1979, p. 11-15)<sup>4</sup>.

Este pensamento é presente em Bourdieu, e se configura numa forma de fugir ao reducionismo da oposição de classes econômicas. Assim em sua teoria de *campo* coisas materiais e simbólicas estão em jogo (1989, p. 69), do mesmo modo, julgamos aqui que a oposição entre noção oficial e “*interpretações*” pela “*sociedade*”, além de naturalizar um conceito ou noção de patrimônio cultural, homogeneiza os grupos sociais tirando-lhes completamente a ação. Em nosso trabalho a relação: Estado – Patrimônio cultural – Sociedade, é inevitável, mas, limitar o patrimônio a um instrumento do Estado seria o que Bourdieu chama “reduzir”, e não estaria muito distante da afirmação de que o patrimônio cultural refere-se às elites, o que seria “destruir”.

### 2.3 A EMERGÊNCIA DE NOÇÕES DE PATRIMÔNIO CULTURAL

A institucionalização do patrimônio cultural no Brasil é precedida por noções de patrimônio cultural que se desenvolveram no período pós – Revolução Francesa, em fins do século XVIII, elaboradas a partir da noção de Monumento<sup>5</sup>, no contexto de emergência dos Estados Nação Modernos, inicialmente, o que chamamos de patrimônio cultural foi denominado Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Segundo Choay a noção de monumento se assemelha a um “universal cultural”, presente em culturas dotadas ou não da escrita em todos os continentes. Na forma de: “túmulo, templo, coluna, arco de triunfo, estela, obelisco, totem.” (2000, p. 17). Estes teriam a princípio uma função memorial, mas que foi progressivamente extinta, o que de acordo com Choay possivelmente por dois motivos: à crescente

---

<sup>4</sup> Gramsci ao discutir a formação dos intelectuais diferencia agentes orgânicos (nascidos e formados no interior de um terreno social e econômico da sociedade) e tradicionais (qualificados para atuação como dirigentes e organizadores da vida social em grupos dominantes). O que se liga a sua teoria de divisão do trabalho, utilizando o conceito de grupo para diferenciar a formação e pertencimento dos agentes orgânicos, como gradações de qualificações necessárias a divisão do trabalho, considerando as “classes” como heterogenias e, por tanto, com diferentes interesses de grupo. Cf. 1979, p. 03-22

<sup>5</sup> Para aprofundamento em pesquisa sobre monumento, monumento histórico e patrimônio; ver: CHOAY, F. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

importância atribuída ao conceito de arte e ao “desenvolvimento, aperfeiçoamento e difusão das memórias artificiais.” (2001, p. 20). Contudo, segundo Fonseca:

Essa noção pressupõe a idéia de distância e a percepção da alteridade de uma civilização em relação a outras, o que só vai ocorrer no Renascimento, quando, pela primeira vez, uma cultura distante mais de meio milênio no tempo é considerada ancestral da presente. (2005, p. 55)

Deste modo, na França com o fim do Antigo Regime e a instauração do novo governo, os bens da Igreja e da aristocracia são confiscados e diante a iminência de aniquilamento destes bens em nome dos ideais da revolução e, devido também as influências das idéias iluministas, o Estado francês os admite como bens da nação, e a onerosa preservação é justificada pela acessibilidade da população, pois estes seriam imbuídos de importância pedagógica, além de servir como testemunhos da história oficial, reforçar a coesão nacional, a noção de cidadania e legitimar o poder vigente.

Segundo Fonseca: “A idéia de posse coletiva como exercício da cidadania inspirou a utilização do termo patrimônio para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, o conjunto de todos os cidadãos.” (2005, p. 58. Ênfase da autora)

No século XIX na Inglaterra e na França, efervesciam discussões acerca dos Monumentos e, no contexto da moderna revolução industrial e do Romantismo são elaborados diferentes posicionamentos acerca da forma e sentido da preservação. Aliada a estas diferentes posturas desenvolveram-se também diferentes noções de patrimônio, o que, neste momento, ligavam-se também a diferentes concepções de construção das nações modernas e de nacionalismo. O modelo francês, cujo, a preservação dos Monumentos deveria servir aos interesses do Estado e ao conhecimento, de um nacionalismo político em torno de uma concepção de civilização, predominou na Europa e na primeira metade do século XX foi “exportada” à América Latina, e após a Segunda Guerra também foi difundido nas ex-colônias francesas (FONSECA, 2005, p. 62). Segundo a autora: “A questão do patrimônio se situa numa encruzilhada que envolve tanto o papel da memória e da tradição na construção de identidades coletivas, quanto os recursos a que têm

recorrido os Estados modernos na objetivação e legitimação da idéia de nação.” (2005, p. 51)

...

A relação: Estado – Patrimônio cultural – Sociedade, está na base de nossas noções de patrimônio cultural, estas, que são produzidas na própria trajetória do campo de acordo com as disposições e posicionamentos sociais. Mas, como a partir do modelo francês se desenvolveu no Brasil nossas primeiras noções de patrimônio cultural? E por quê? Se nos referirmos apenas aos contextos históricos de construção do nacionalismo, corremos o risco de cair em uma concepção voluntarista da história oficial. Então, nos fixando primeiramente neste desenvolvimento como um “recurso” a “objetivação e legitimação da idéia de nação”, e chegamos ao questionamento: O patrimônio cultural é, ou foi, o recurso julgado mais eficiente a “objetivação e legitimação da idéia de nação”?

Entre os recursos para a “objetivação e legitimação da idéia de nação”, podemos elencar a instituição de um idioma oficial, a educação do Estado, o emprego público federal e o serviço militar obrigatório (cf. Hobsbawm, 1996, p. 141 – 145); na avaliação de Fonseca o Sphan (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) gozou de alguma autonomia nos anos de sua consolidação como instituição, desenvolvida durante o regime autoritário, contudo:

A autonomia de que o Sphan gozou durante o período getulista pode ser interpretada como um sinal do pouco interesse político que o serviço tinha para o governo federal, na medida em que **constituía um recurso bastante limitado** – dadas as características da sociedade brasileira na época – para a mobilização popular. O principal interesse político, para o governo getulista, em manter um serviço nos moldes do Sphan, abrindo espaço no aparelho estatal e locando recursos públicos, era, provavelmente, a possibilidade de cooptar intelectuais de prestígio, cujas manifestações tinham repercussões junta a opinião pública – que, naquele período, era restrita, neste caso, às classes mais altas e intelectualizadas. As classes trabalhistas haviam sido cooptadas pela política trabalhista do governo. (2005, p. 122. Grifo nosso).

Para o contexto de institucionalização do patrimônio no Brasil esta interpretação é coerente, considerando que tenha se dado durante o regime autoritário de Vargas, podemos apontar estratégias, ou recursos, para a objetivação

da idéia de nação, legitimação do Estado e, legitimação do poder vigente na pessoa de Vargas; como estas se interrelacionam, apontamos genericamente: a criação de empresas estatais como a Petrobrás, a nacionalização do ensino público, o estabelecimento de leis trabalhistas, a criação de autarquias, o emprego a agentes da “classe média” e a militares na reorganização da burocracia do Estado, entre outras. E como estratégia simbólica mais imediata nós podemos citar: o uso da propaganda, do rádio, do cinema, e o apelo ao futebol e a tradição do catolicismo (cf. DREIFUSS, 1981, p. 21-48). Mas, mesmo que limitada, a institucionalização do patrimônio foi um recurso a objetivação da idéia de nação, porém, não se limita a um recurso do Estado.

...

A institucionalização de instrumentos para a construção e gestão de um *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, dentro da orientação sociológica de Bourdieu, está mais diretamente relacionada com a definição de um corpo de agências e agentes especializados para a gestão de um *capital simbólico*, ou seja, a acumulação de *distinção* por meio de *poder simbólico* (BOURDIEU, 1989, p. 145), assim a produção do *sistema simbólico* do patrimônio corresponde a valorações e representações, mas, ao falamos do *capital simbólico* da nação e da *distinção* para o Estado, estamos nos referindo a uma instituição social, não personificada ou naturalizada, mas formada por agentes de diferentes grupos da sociedade. Então, a busca de *distinção* para o Estado corresponde ao jogo de interesses de agentes nos organismos oficiais.

É a independência relativa do sistema de atos e procedimentos expressivos, ou por assim dizer, das marcas de distinção, graças às quais os sujeitos sociais exprimem, e ao mesmo tempo constituem para si mesmos e para os outros, sua posição na estrutura social, (e relações que eles mantêm com esta posição) operando sobre os “valores” (no sentido dos lingüistas) necessariamente vinculados à posição de classe, uma duplicação expressiva que autoriza a autonomização metodológica de uma ordem propriamente cultural. (BOURDIEU, 2007, p. 14)

Ao nos referirmos ao conceito de *distinção* e a construção de um *capital simbólico*, temos em mente o *poder simbólico*, que não emana do *sistema simbólico*, mas se realiza *numa* “relação determinada – e por meio desta - entre os que

exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença.” (BOURDIEU, 1989, p. 14-15)

Na interpretação de Miceli, Bourdieu privilegia:

[...] as funções sociais cumpridas pelos sistemas simbólicos, as quais tendem, no limite, a se transformarem em funções políticas na medida em que a função lógica de ordenação do mundo subordinasse às funções socialmente diferenciadas de **diferenciação social** e de legitimação de diferenças. (Introdução: A força do sentido. p. X – BOURDIEU, 2007. Grifo nosso)

O privilegio dado à função é próprio da teoria sociológica de Bourdieu, corresponde ao sentido da *economia das trocas simbólicas* na estrutura social, como o sociólogo produziu uma enorme gama de estudos, isto fica patente em sua obra (sobre a transformação das funções sociais em políticas – cf. BOURDIEU, 2001, p. 27-34). Bourdieu ao referir-se ao trabalho sociológico defende a importância da contextualização dos sistemas simbólicos às relações sociais, e determina que existindo homologias quanto ao funcionamento dos campos na produção simbólica, o pesquisador deve atentar as funções externas e as funções internas do campo, sendo que as primeiras são objetivamente cumpridas pela realização da segunda. (BOURDIEU, 2007, pp. 173-178).

Este método, ou exercício de análise, na teoria da prática de Bourdieu (1996), corresponde a um meio de escapar da naturalização das instituições, e também, a um ponto de aproximação a Gramsci. Assim, quando Gramsci aponta para a função do partido político moderno e a atuação de intelectuais como categoria orgânica de cada grupo social fundamental, que para ter participação na vida estatal deve se ligar aos interesses de seu grupo orgânico (1979, pp. 13-15), opera algo semelhante ao que Bourdieu designa como o êxito das funções externas pelo cumprimento das funções internas. Deste modo, a teoria sociológica de Bourdieu permite desnaturalizar uma instituição social, entendida não somente como formada por agentes de diferentes grupos sociais em embates de interesses, nas disputas entre os agentes sociais coisas materiais e simbólicas que estão em jogo (1989, p. 69).

Propomos uma nova leitura da afirmação de Fonseca:

A questão do patrimônio se situa numa encruzilhada que envolve tanto o papel da memória e da tradição na construção de identidades coletivas, quanto os recursos a que têm recorrido os Estados modernos na objetivação e legitimação da idéia de nação. (2005, p. 51)

*A construção de identidades coletivas e a objetivação e legitimação da idéia de nação*, estão tão imbricadas que se torna difícil distingui-las enquanto aspectos de funções externas e internas da *questão do patrimônio*. Mas, se nos ativermos ao contexto de inserção do Brasil ao “conserto das nações” e a relação do “Estado Novo” neste contexto, fica mais clara a distinção destas funções e a forma como estão imbricadas.

Segundo Dreifuss:

O Estado Novo surgiu porque a burguesia industrial se mostrou incapaz de liderar os componentes oligárquicos do ‘estado de compromisso’ ou para impor-se à nação através de meios consensuais, de modo a criar uma infra-estrutura sócio-econômica para o desenvolvimento industrial. (1981, p. 22)

A questão do desenvolvimento industrial no Brasil se deve a contextos internacionais e contextos nacionais que lhes são diretamente relacionados: a crise das economias exportadoras de produtos primários se deu em âmbito externo, no Brasil, sinal disso foram as medidas para a proteção da exportação do café que já revelavam a falência da “divisão internacional do trabalho”, (COHN, 1988, p. 283-316). Porém, a existência de contextos econômicos não justifica, por si só, as mudanças sociais, a industrialização, “longe de ser uma fase “natural” do desenvolvimento histórico de todas as nações, é um processo difícil, que só alcança êxito à custa de reorganizações e tensões muito intensas no interior da sociedade.” (COHN, 1988, p. 286).

Aqui, consideramos um dos aspectos das funções externas da institucionalização do “*Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*” a *objetivação e legitimação da idéia de nação*, que não se restringe a uma função externa, mas é também interna, na medida em que a *construção de identidades coletivas* se liga a

objetivação e legitimação *da memória e da tradição*, e deste modo, alcançam também a função externa. De fato não dá para “setorizar” funções externas e internas, estas estão em intersecção e seu produto é a autonomia relativa do próprio campo. Vale dizer que funções externas e internas são extremamente dinâmicas, e só são apreensíveis e validas a um determinado contexto de um dado momento.

Cabe aqui entender como a *objetivação e legitimação da idéia de nação* se relaciona com o desenvolvimento da industrialização, nos seus aspectos não só econômicos mas também culturais, e como estes se relacionam com a instituição do “patrimônio cultural”. Em um discurso de Getúlio Vargas de 1940 podemos notar como aspectos sócio-culturais estão relacionados:

[...] Sempre tive em vista, ao resolver o problema das relações do trabalho e do capital, unir, harmonizar e fortalecer todos os elementos dessas duas **poderosas forças do progresso social**. E assim agi, não apenas em obediência a princípios de ordem política, mas também guiado pelo sentimento, pela convicção de que só na paz e na compreensão fraternal podem os homens realizar as suas **aspirações de aperfeiçoamento material e cultural**. (VARGAS, 1941, p. 163. Grifos nossos)

Muito do discurso que legitimava a reorganização da sociedade, as *poderosas forças do progresso social*, se associava aos benefícios do progresso, ao “aperfeiçoamento material e cultural”. Anterior a este período, durante o governo de Rodrigues Alves, num surto de entusiasmo capitalista o Rio de Janeiro passou pela *Regeneração* respirando a *Belle Époque*<sup>6</sup> (cf. SEVCENKO, 2003, pp. 36 - 93), durante a *Regeneração* uma série de medidas foram tomadas como a reestruturação urbana e a vacina obrigatória no recente distrito- federal, segundo Sevcenko:

O antigo cais não permitia que atracassem os navios de maior calado que predominavam então, obrigando um sistema lento e dispendioso de transbordo. As ruelas estreitas, recurvadas e em declive, típicas de uma cidade colonial, dificultavam a conexão entre o terminal portuário, os troncos ferroviários e a rede de armazéns e estabelecimentos do comércio de atacado e varejo da cidade. As

---

<sup>6</sup> A Belle Époque ocorreu nos países desenvolvidos de Europa e nos Estados Unidos entre a última década do século XIX até cerca de meados do XX, ocasião em que houve intensas transformações, com o aumento do consumo e novos benefícios, como o desenvolvimento da farmácia; a modificar hábitos, convicções e modos de percepção em todo o mundo.

áreas pantanosas faziam da febre tifóide, do impaludismo, da varíola e da febre amarela endemias inextirpáveis. E o que era mais terrível: o medo das doenças, somado às suspeitas para com a comunidade de mestiços em constante turbulência política, intimidava os europeus, que se mostravam então parcimoniosos e precavidos com seus capitais, braços, e técnicas no momento em que era mais ávida a expectativa por eles. (2003, p. 40 - 41)

Em síntese o período “é marcado profundamente pela necessidade de o Brasil ser reconhecido mundialmente como nação civilizada, desvinculando-o dos estigmas de atraso e de indolência e ociosidade de seu povo.” (LEITÃO JÚNIOR, 2010, não paginado). Está síntese não destoante com Sevcenko, que coloca que o progresso foi “a versão prática do conceito homólogo de civilização” (2003, p. 41). Assim, consideramos que a *idéia de nação* que se buscava não se restringia a uma idéia de coesão entre os grupos sociais e culturais, mas também, se buscava uma solidez calcada em “manuais de civilidade”. A reorganização social que Vargas propunha em sua “ideologia do trabalho” pelo progresso e “aperfeiçoamento material e cultural” não é muito distante desta homologia entre os conceitos de civilização e progresso. Talvez uma continuação do que Leitão Júnior afirma ter se experimentado em “laboratório” no Rio de Janeiro (LEITÃO JÚNIOR, 2010, não paginado). Em estudo sobre o processo de construção do patrimônio brasileiro.

Para Fonseca “[...], havia, entre as classes mais altas, a idéia de que civilização estava nos países desenvolvidos da Europa e da América do Norte, e que a única maneira de o Brasil civilizar-se era imitar esses modelos.” (2005. p. 107. Grifo da autora).

Não afirmamos um determinismo econômico sobre a cultura, ou vice e versa. Na concepção Eliasiana, o modo de produção econômico comporia “forças compulsivas”, estas, que orientam as teias de interdependências, ou configurações, entre as pessoas; nesta perspectiva as mudanças ocorrem na longa duração, na medida em que através de gerações os indivíduos desenvolvem o auto-controle e a racionalização das emoções, dando origem a divisões de funções, posto que em sua teoria, metas, planos e ações de indivíduos se entrelaçam na teia social, e mesmo numa instituição como o Estado as mudanças não são fruto de um plano comum entre as pessoas, ou de algo calculadamente planejado, mas estão relacionadas a *processos civilizadores* e ocorrem a longo prazo. (cf. ELIAS, 1993. Vol.2).

A teoria de Norbert Elias é uma referência nos estudos dos *processos civilizadores* e para o período que estudamos poderia trazer grande contribuição. Neste trabalho percebemos alguma semelhança entre sua Sociologia Configuracional e a Teoria dos Campos de Bourdieu, especialmente no que concerne ao conceito de poder. Em Elias o potencial de poder aparece como uma conquista acumulada na longa duração fruto do desenvolvimento das inter-relações nas diversas configurações estabelecidas pelo indivíduo social. Em Bourdieu, aparece no acúmulo de capitais geradores de disposições sociais num dado conjunto, ou rede, de relações na perspectiva de estruturas duráveis.

Destarte, não querendo nos ater a determinismos econômicos, a análise dos contextos de inserção do Brasil ao “*concerto das nações*” e a relação do Estado Novo nestes contextos nos permitem agora retornar ao estudo da busca de *distinção* no jogo de interesses de agentes oficiais na construção de um *capital simbólico* para o Estado. Então, nesta retomada propomos abordar as funções externas pelo estudo dos significados mais específicos aos agentes sociais. Para as funções internas, neste primeiro momento, abordaremos genericamente os contextos gerais. E, mais adiante, nos deteremos na realização, ou não, dos agentes encarregados da estruturação do campo patrimonial.

...

O grupo que assumiu a questão do patrimônio no Brasil foi o grupo vinculado, ou simpatizante, ao Movimento Modernista. Podemos dizer que uma parcela da intelectualidade brasileira, para avaliar os posicionamentos e tomadas de posição desta intelectualidade partimos dos referenciais disponíveis e tentamos demonstrar os posicionamentos como pontos na trajetória do grupo intelectual, a partir da Primeira República:

Arrojados num processo de transformação social de grandes proporções, do qual eles próprios eram fruto na maior parte das vezes, os intelectuais brasileiros voltaram-se para o fluxo cultural europeu como a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas, como ele se prometia. A palavra de ordem da “geração modernista de 1870” era condenar a sociedade “fossilizada” do Império e pregar as grandes reformas redentoras: “a abolição”, “a república”, “a democracia”. (SEVCENKO, 2003, p. 96 - 97)

Dentro das medidas adotadas na *Regeneração* cabia retratar o Brasil a partir de uma sociedade ilustrada, capaz de aglutinar credibilidade (SEVCENKO, 2003). Segundo Lustosa: “Os estrangeiros eram recebidos com cerimônia na capital do país, num esforço de reconhecimento dos cariocas da belle époque” (2010, p. 80), o que fazia parte dos investimentos em “demonstrar que a República não afetara o status superior que a estabilidade política da monarquia dera ao Brasil no ambiente agitado da América do Sul” (2010, p. 81. Ênfase da autora). Neste contexto, vestia-se, comia-se e perfumava-se à francesa, e os letrados falavam e publicavam em francês, e enchiam-se de aspirações pelo reconhecimento dos franceses. Contudo:

O que causava maior indignação, no entanto, eram os depoimentos de alguns viajantes estrangeiros que, depois de aqui recebidos com grandes demonstrações de carinho e admiração, publicavam lá fora livros em que o Rio de Janeiro era descrito como uma selva, onde onças, índios e cobras circulavam livremente pelas principais ruas e avenidas. (LUSTOSA, 2010. p. 79)

Quando num momento seguinte a modernidade social será reivindicada pela intelectualidade do Movimento Modernista, estas aspirações de reconhecimento ainda não estarão tão distantes, como também as noções de civilidade a ela associadas, o que demonstra a política preservacionista onde, “não raro, foram ordenados a destruição de marcas do século XIX e o aniquilamento dos arranjos urbanísticos originais, marcados por becos e vielas” (PELEGRINI, 2006, p. 12).

Parece que existe algo de antagônico entre os intelectuais do patrimônio e os homens das letras da *Regeneração*, e concordamos que existam grandes diferenças, mas aproximações também, ambos lidam com a construção de um *capital simbólico* para o Estado em torno de uma idéia de nação, por vias diferentes e próximas. Deste modo, na *Regeneração* a Avenida Central é construída sobre os destroços do Império, ou da colônia, e o Art Nouveau é eleito para compor o cenário nacional; e na “fase heróica” do serviço do patrimônio, princípios da arquitetura moderna orientam a seleção do que é patrimônio nacional, a destruição do que não é e a construção do “*Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*”.

Miceli, em estudo sobre a intelectualidade do Brasil (2001), aponta para o primeiro grupo como os “parentes pobres” e o segundo como “herdeiros”, ou Modernistas, como se convencionou chamar. A denominação: “parentes pobres”

deve-se as disposições sociais de tomada de posição para os agentes deste grupo naquele momento, vindos de famílias oligárquicas cuja situação material declinava o ingresso a carreira intelectual se devia a uma série de fatores que bloqueavam na trajetória social o “acesso a posições dominantes no âmbito das frações dirigentes”, determinando de forma negativa este ingresso, que dependia em parte das estratégias que a família dos letrados fizessem valer no uso de seu capital social (acumulação de relações sociais); e, em parte por fatores externos, como a abertura a este grupo na especialização de um trabalho de produção simbólica e de dominação (2001, p. 22-26).

Entre as causas do Modernismo estava romper com os estigmas que a implantação da República não havia sanado o que não está muito distante das causas dos homens de letras, outrora denominados “pré- modernistas”, denominação que soa negativa, vinculando este grupo a um período estagnação da produção literária (Candido, 1993 e 2000; Werneck, 1966). Para Miceli o uso deste termo corresponde a um recurso para a legitimação intelectual do Modernismo e marcar uma ruptura<sup>7</sup>, e afirma que maioria dos intelectuais modernistas estreou na Velha República (2001, p. 16), está ruptura a que se refere é ao que chama “dupla dependência” na produção intelectual da Velha República, a primeira, pela posição em relação a fração dominante na condição de filhos dos “primos pobres”, que persiste porém, com a diversificação dos meios de produção cultural não é mais determinante (2001, p.80); e a segunda: “Por serem obrigados a importar sistemas de pensamento capazes de legitimar sua posição interna” (2001, p. 59)

Considerando a trajetória da intelectualidade brasileira, entendemos que a legitimação e objetivação de uma idéia de nação ligam-se a distinção dos agentes na estratégia de criação de um local de fala, como tomada de posição por um espaço no campo das nações. Entre as proximidades que identificamos é a proximidade destes grupos com o poder. No Estado Novo, como já colocamos, na reorganização do aparelho do Estado Vargas abriu espaço para intelectuais e artistas, além de militares e “classe média”, e o Serviço do patrimônio aglutinou muitos agentes do grupo intelectual modernista. No Rio de Janeiro, com a proximidade da sede do governo os grupos letrados se beneficiaram com: empregos

---

<sup>7</sup> Pensamento semelhante nós encontramos em: HARDMAN, 1992, p. 290; SEVCENKO, 2003; e VELLOSO, 1996, p.33

na burocracia do Estado, comissões e delegações diplomáticas, cargos de representação, além do mecenato promovido pelo Ministério das Relações Exteriores e a possibilidade de atuação em institutos superiores e organizações culturais.

Mesmo considerando os grupos como pertencentes a uma mesma trajetória, reconhecemos a distância que existe entre estes, e a não homogeneidade destes nem num mesmo contexto espacial e temporal, na verdade trata-se de grupos durante a Regeneração (entre os quais os “urbanos” e os “rurais”) e grupos durante o Estado Novo (entre os quais os “modernistas” e os “conservadores”), mas que defendendo diferentes posicionamentos sobre a *objetivação e legitimação de uma idéia de nação* e a construção de um *capital simbólico*, estavam “unidos” quanto ao objeto de disputa. O pertencimento social, ou o grupo orgânico dos agentes sociais, do Modernismo e da Regeneração são diferentes, sendo que os agentes do Modernismo estavam mais próximos, por pertencimento ou apoio, da burguesia enriquecida com o café e mais apta a mudanças, e os agentes da Regeneração estiveram mais próximos a aristocracia.

Entre os pontos comuns e incomuns, notamos a recusa dos homens de letras da Regeneração as manifestações populares, quando o “maxixe” é consagrado no exterior como ritmo brasileiro o cronista Mendes Fradique pública um comentário na imprensa, demonstrando que:

Era o reconhecimento “por baixo”, pelo que ele e os de sua geração consideravam pobre, negativo e bárbaro na cultura brasileira. A identificação com o popular, com as matrizes africanas de nossa cultura, era tão francamente rejeitada por uma elite que se queria branca e européia. (*apud*. LUSTOSA, 2010. p. 79).

Já no Modernismo a adesão ao popular foi um meio de afirmar uma autonomia relativa no campo da produção estética, através da estratégia ao “universal e particular” (cf. AMARAL, 1998), como podemos observar, por exemplo, na obra de Tarsila do Amaral, onde as características formais do cubismo e a imagética brasileira dão origem a uma linguagem estética própria. Está é uma estratégia de legitimação que foi levada também ao campo patrimonial (FONSECA, 2005, p. 92).

Como propõe Bourdieu é na realização das funções internas que se alcançam as funções externas. Entre os aspectos das funções internas, a função que nos propomos a analisar é a construção de identidades coletivas através do recurso as tradições e a memória. Podemos afirmar que a “objetivação” da idéia de nação tenha se operado, em longo prazo, através distinção entre os bens culturais “por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil” (Art. 1º do Decreto – lei nº 25/1937), considerando que diferente dos países europeus o Brasil vinha de uma tradição recente, e que a objetivação realizada por meio do patrimônio também servia à construção da tradição e memória da nação, e desta forma a legitimação da idéia de nação.

...

Dizer que o Brasil vinha de uma tradição recente não dá conta dos processos históricos e sociais que tornam a construção de uma identidade coletiva uma disposição social, uma convergência de funções internas com relação a uma função externa. Neste sentido vale analisar alguns aspectos destes processos.

Posto que no Brasil a afirmação do Estado como nação moderna não poderia se assentar na continuidade histórica, a isto dependia da ruptura com a metrópole ibérica, e que o Estado brasileiro não gozava de uma longa tradição; aqui também, devido à colonização, o escravismo e a imigração; a consciência subjetiva de “*povo*” não existia<sup>8</sup>. A preocupação com o nacional sim, mas são nas primeiras décadas do século XX que a tônica destas preocupações muda. Se em fins do século XIX intelectuais se debruçavam sobre a formação nacional e o futuro da nação, neste período a inquietação girava em torno da mistura racial, que, de acordo com o determinismo racial, geraria degenerados e fadaria o Brasil ao atraso<sup>9</sup>. Com o descrédito das teorias raciais como ciência<sup>10</sup> e diante do interesse de afirmação do

<sup>8</sup> Sobre Estado, povo e nação; ver: POUTIGNAT e FENART, 1998. p. 44-54.

<sup>9</sup> Para maior compreensão ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>10</sup> O francês Vacher de Lapouge inventa o vocábulo etnia no século XIX, o termo deveria corresponder às associações de indivíduos por qualidades psicológicas, a partir de laços intelectuais como cultura e língua. Porém, o termo raça permanece em uso, sua invenção precede o avanço das ciências biológicas, como a genética, que constatariam a unidade racial da espécie humana. O termo permanece corrente, assim como o debate epistemológica sobre o conceito de etnia. Após a expansão colonial europeia nas Américas, África, Ásia, Oriente Médio e Austrália, na modernidade, a noções de nação também são comprometidas agitando a intelectualidade. Para uma abordagem teórica da confluência dos termos: raça, etnia e nação; ver: POUTIGNAT, Philippe. FENART,

país como nação frente às nações “civilizadas”, se fazia necessário uma mudança também no imaginário social, e a preocupação com a integração nacional tornou-se principal.

No contexto brasileiro a relação nação – instituição centralizada pelo Estado – e nacionalismo – política do Estado em torno da “*idéia de nação*” – foram não a presença de imigrantes, pois essa realidade foi vivenciada em muitos países (cf. HOBBSAWM, 1996. p. 141 – 145), mas inserção do negro ex-escravo na sociedade (cf. COSTA, 2002, pp. 147 – 160), posto que o índio não causasse a mesma preocupação por estar alijado dos territórios.

A ambigüidade da identidade do Ser nacional forjada pelos intelectuais do século XIX não podia resistir mais tempo. Ela havia se tornado incompatível com o processo de desenvolvimento econômico e social do país. Qualidades como “preguiça”, “indolência”, consideradas como inerentes a raça mestiça, são substituídas por uma ideologia do trabalho. (...) O que se assiste neste momento é na verdade uma transformação cultural profunda, pois busca-se adequar as mentalidades às novas exigências de um Brasil “moderno”. (ORTIZ, 2006. p. 42-43)

A incorporação de políticas de nacionalismo no contexto de configuração do Estado em nação moderna implicou, há um tempo, coesão social (integração, do imigrante, do negro, do índio, em um único organismo estatal), e há outro tempo, inserção política e econômica em um sistema de Estados consolidados, o que não deixa de ser cultural também, como vimos compartilhar de noções de civilidade teve seu papel neste todo.

## 2.4 PATRIMÔNIO E PODER

Em muitos momentos ao se falar de interesses do Estado, política do Estado, dirigismo do Estado; a instituição parece ser naturalizada em uma concepção que, não dando conta de sua dinâmica social e política, reduz o Estado a objetivos, os

quais, muitas vezes, meramente político-econômicos, sem, no entanto, considerar os mecanismos simbólicos de que lhe é resultado.

Na concepção de Weber (1992, p. 1056) “o Estado é aquela comunidade humana que, no interior de um determinado território reclama para si o monopólio da coerção física legítima” e, em *Wirtschaft und Gesellschaft*, sua crítica admite o domínio simbólico nos sistemas de dominação. Nesta contribuição a teoria da religião Weber, ao confrontar as intenções dos agentes religiosos e suas ações, propõe uma nova ótica, em que grupos aparecem em diferentes campos e lutam pelo poder para ampliar sua influência e manter privilégios, como modo também, através do monopólio do poder oferecer serviços para a manutenção e legitimação do poder aos grupos mais favorecidos.

Esta concepção de poder da teoria econômica está relacionalmente presente em Bourdieu, que interpreta Weber em *Une interprétation de La théorie de La religion selon Max Weber* (cf. tradução em: 2007. Apêndice I, p. 79-98) e inspira a elaboração de sua teoria de campo, ampliando o que já vinha trabalhando em seus estudos sobre o campo intelectual (1989, p. 66-69).

Vale dizer que se processo de autonomização do campo patrimonial se dá dentro de uma instituição estatal, que na perspectiva Weberiana seria um instrumento de dominação dos grupos que detêm a hegemonia para a manutenção do poder econômico. Apesar de Weber situar a questão do simbolismo como pertinente a todo sistema de dominação, seu viés é econômico, o que Weber persegue é o processo de transformações materiais e de organização social do trabalho (inclusive simbólico, como no caso da religião) que formam o sistema capitalista.

Discorrendo sobre posição de classe Bourdieu afirma: “Mesmo em nossa sociedade (...), a autonomização do aspecto econômico das ações nunca se realiza de maneira tão perfeita a ponto de fazer com que as ações mais diretamente orientadas para fins econômicos sejam totalmente desprovidas de funções simbólicas.” (BOURDIEU, 2007, p. 23)

Considerando a teoria de campo de Bourdieu como fruto de uma trajetória científica, o encontro com Weber não pode ser encarado de um ponto de vista isolado e estático, pois isto levaria a incorrer num erro. Então, propomos fazer aqui

um corte sincrônico que apreendesse o sentido da trajetória científica que concebeu a teoria de *campo*. Sendo assim, vale considerar a contribuição dos “fundadores” dos estudos culturais, como reconhece Bourdieu em seu trabalho: Marx, Weber e Durkheim, que na análise de Sérgio Miceli:

[...], o que Bourdieu pretende é ratificar a teoria do consenso por uma concepção teórica capaz de revelar as condições materiais e institucionais que presidem à criação e à transformação de aparelhos de reprodução simbólica cujos bens deixam de ser vistos como meros instrumentos de comunicação e/ ou conhecimento. (Introdução: A força do sentido. p. XII – Bourdieu, 2007)

Em uma leitura rápida desta análise poderíamos ponderar um peso maior a contribuição de Durkheim, com a teoria do consenso, e também na negação da concepção do símbolo como *mero instrumento de comunicação e/ ou conhecimento*, o que faz uma referência a mesma teoria, onde os sistemas simbólicos oferecem categorias de entendimento, como sendo gerados por um *conformismo lógico* estruturante da realidade social, é o que permite a comunicação e o entendimento entre os indivíduos e o conhecimento de uma dada sociedade (Durkheim, 1978, p. 197-200). Mas o que seria “uma concepção teórica capaz de revelar as condições materiais e institucionais que presidem à criação e à transformação de aparelhos de reprodução simbólica”? Falar de “condições materiais e institucionais” nos remete a Marx e sua concepção de alienação social<sup>11</sup>, na qual ao conjunto de instituições nascidas da divisão social Marx denominou **condições materiais** e a “variação das condições materiais de uma sociedade”, que constituiria a história de dada sociedade, Marx denominou **modos de produção**. Assim, a criação e transformação dos “aparelhos de reprodução simbólica” na teoria de Bourdieu só podem ser entendidas enquanto pertencentes a “condições materiais e institucionais” em um contexto histórico e social e deste modo comprova que as “funções sociais” (no sentido Durkheimiano) tendem a se transformarem em funções políticas, “na medida em que a função lógica de ordenação do mundo (...),

---

<sup>11</sup> A alienação social consiste no desconhecimento das condições histórico – sociais em que se vivem, estas produzidas pela ação humana dentro de um contexto histórico e por determinações estruturais, opondo práxis à alienação. Assim, na alienação o humano não se percebe como agente e autor de suas instituições sociais e ignora que a sociedade seja instituída por suas ações e pensamentos, podendo aceitar a sociedade como natural ou se rebelar individualmente acreditando que no não condicionamento de sua “liberdade” e arbítrio. Ligadas a alienação social estão também a alienação econômica e a alienação intelectual.

subordina-se “as funções socialmente diferenciadas de diferenciação social e de legitimação das diferenças”. (BOURDIEU, 2001, p. 30-31)

A operação de Weber em *Wirtschaft und Gesellschaft*, além de confrontar as intenções dos agentes religiosos e suas ações, foge as proposições de causa e efeito e propõe um interacionismo entre as condutas dos agentes, e deste modo apreende o processo social como uma seqüência de ligações significativas entre os agentes, que assim, orientariam o sentido das ações. Valendo-se da concepção de trabalho intelectual de Gramsci e utilizando conceitos/ princípios da economia (oferta, demanda, concorrência, monopólio) Weber busca compreender as filiações religiosas por meio de características materiais, percebendo afinidades eletivas entre esfera econômica e objetiva (realidade terrena) e a esfera espiritual e subjetiva dos fiéis (realidade produtora de sentidos).

Este texto de Weber que Bourdieu interpreta e faz referência como uma inspiração (cf. 2007. Apêndice I, p. 79-98 e 1989, p. 66-69) tornou-se uma contribuição a sociologia da religião. Contudo, Weber entende que a religião funcionaria como um princípio de formação de condutas e identifica três tipos de legitimidade: a tradicional, a racional legal, e a carismática; e é esta última que causa maior objeção em Bourdieu, que considera ingênua a atribuição de uma qualidade excepcional a um agente religioso, afirmando que: “Não se deve, então, colocar em oposição a invenção individual e o habito coletivo” (BOURDIEU, 2001, p. 92-93). Considerando que tal postura poderia omitir a posição social dos agentes, bem como as disposições sociais onde surgem as tomadas de posição, as quais podem ser externas a instituição que para funcionar como tal, deve ter leis que lhe regulam e limitam, não dependendo sua manutenção do carisma individual de seus sacerdotes.

...

O processo de construção da teoria de campo de Bourdieu perpassa por contribuições e aproximações que podem esclarecer a *gênese do conceito*, bem como a concepção de poder que escolhemos trabalhar na opção por este fundamento teórico.

Como aparato institucional o Estado acumula poder por meio de agentes especializados, ou “funcionários”, na perspectiva de Gramsci, que atuam no corpo

de agências destinadas a consagração e legitimação do poder por meio de estratégias de acordo com as disposições sociais. Assim, com “funções socialmente diferenciadas” os agentes oficiais, orgânicos à diferentes grupos da sociedade, especializados e, por tanto, dotados de *habitus* próprio ao jogo político, disputam no interior do aparelho burocrático coisas materiais e simbólicas, e o uso do monopólio de produção dos interesses políticos dentro das coerções próprias a posição no campo (BOURDIEU, 1989, p. 169-177). Esta perspectiva permite uma leitura relacional e multidimensional das estruturas de poder, sem omitir estas estruturas, mas de forma a entender os fenômenos políticos como mais do que meras manifestações de processos sócio-econômicos. A teoria sociológica de Bourdieu quebra com determinismos econômicos, ou de classe, apresentando o mundo social diferenciado em campos relativamente autônomos, onde indivíduos ocupam posições determinadas e na busca das distinções conferem criatividade a economia das trocas simbólicas e a disposição do *habitus*.

...

A produção do patrimônio cultural em uma agência de consagração do Estado, só serve a acumulação de poder para o Estado na medida em que cumpre funções internas para a legitimação deste poder. Deste modo a agência de acumulação de capital simbólico, o patrimônio da nação, só serve a acumulação de poder simbólico na medida em que atenda a uma função interna primordial: representar a produção cultural dos grupos que compõe a nação. Isto se verifica na própria trajetória de autonomização deste campo.

Considerando este aspecto, encontramos uma das coerções impostas pela posição dos agentes oficiais nesta agência, a esta se liga uma série de coerções que orientaram o jogo político e a movimentação de estratégias dos grupos que queiram se valer desta instância de consagração. Estas coerções correspondem, em parte, a definição dos limites do campo e as leis de funcionamento que o definiram como tal, entre estas estão a “vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, o interesse público” pela conservação, o “seu **excepcional valor** arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Brasil. *Decreto – lei nº 25/1937: Art. 1º*. Grifo nosso).

A agência do Estado, a instituição do patrimônio, só torna-se uma instância de legitimação cultural quando alcança uma autonomia relativa na estrutura social. A

autonomia relativa não é alcançada simplesmente pelo poder de nomeação, se a agência se ampara em mecanismos legais, também existe em função de tais, para a execução destes, além da validação de sua função na sociedade. Então, uma autonomia relativa na estrutura social corresponde à conquista de legitimação da função a que se propõe na sociedade, no meio social. Ao alcançar a autonomia relativa se configurará como *campo* e, conforme a função interna primordial do campo (representar a produção cultural dos grupos que compõe a nação) passa de “*função social*” a função política, em que a “função lógica de ordenação” transfigura-se em “funções socialmente diferenciadas de diferenciação social e de legitimação das diferenças”. Então, neste caso, torna-se também uma instância de legitimação cultural, podendo, no contexto de disposições externas, mobilizar agentes de diversos campos de produção cultural.

Quando tratamos o campo patrimonial como também uma instância de consagração ou legitimação cultural, estamos tratando do monopólio de um tipo específico de poder:

O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer crer, de confirmar ou transformar a visão de mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 1989, p. 14-15)

Estamos tratando do poder de legitimação da identidade no território nacional. Tratando de “*local*” e região, como construções, Bourdieu pondera que: “O mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto” (1989, p.118), é daí podemos avaliar criticamente a função política do patrimônio cultural:

O regionalismo (ou o nacionalismo) é apenas um caso particular das lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente e em estado de dispersão, quer colectivamente e em estado de organização, e em que está em jogo a conservação ou transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto económicas como simbólicas; ou, se se prefere, a conservação ou transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos ligados às manifestações simbólicas (objetivas ou intencionais) da identidade social. (BOURDIEU, 1989, p. 124).

A partir da perspectiva das lutas simbólicas podemos então, desenvolver estudos sobre o processo do patrimônio, como aspectos relacionais de um campo multidimensional. E assim, enxergar estes processos para além da instituição, como processos sociais.

### 3. AUTOMUZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CAMPO

#### 3.1 O PATRIMÔNIO PARA AS VANGUARDAS

No Brasil, a preocupação com a preservação dos testemunhos do passado nacional, parte não de um segmento conservador da sociedade, mas sim, da intelectualidade que compôs o Movimento Modernista no Brasil<sup>12</sup>, este é lançado na Semana de 22<sup>13</sup>, que segundo Amaral, “abriu de forma definitiva o século XX para a criação artística e o pensamento nacional.” (Amaral, 1998. p. 19). Os intelectuais do Modernismo do Brasil circulavam na Europa, e o movimento artístico e político que almejava romper com academicismo passadista e os estigmas do Brasil colonial; incorporava diferentes tendências de vanguardas européias<sup>14</sup> à imagética brasileira, criando propriedades estéticas estruturalmente novas<sup>15</sup>.

Fonseca considera que a temática do patrimônio surge no Brasil “assentada em dois pressupostos do modernismo: o caráter ao mesmo tempo universal e particular das expressões artísticas e a autonomia relativa da cultura em relação às outras esferas da vida social” (2005, p. 92). Consideramos que o sentido “universal e particular” que envolveu as políticas de patrimônio no Brasil se relaciona com seu contexto histórico, mas, tentando evitar uma interpretação voluntarista da história, propomos uma leitura deste processo.

---

<sup>12</sup> Fonseca pontua que está intelectualidade que comporá os quadros do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) desde 1937, gozará de prestígio por 30 anos, quando a partir da década de 1970 o caráter nacional do eleito patrimônio for contestado por referenciar apenas a elite. Quando intelectuais de um novo perfil são recrutados para a seleção e administração do patrimônio nacional. (2005. p. 23 e 96-97).

<sup>13</sup> Segundo Amaral é a exposição de Anita Malfatti, na cidade de São Paulo em 1917, que marca o início do Movimento Modernista, isto pela reação que levantou no meio artístico em decorrência da crítica de Monteiro Lobato. (AMARAL, 1998. p. 32). Para aprofundar o tema ver: AMARAL, Aracy. Artes Plásticas na Semana de 22. 5ª edição. São Paulo: Ed. 34, 1998.

<sup>14</sup> Na Europa pós Primeira Guerra Mundial, tendências modernistas foram denominadas vanguarda numa apropriação do termo que designava à extremidade dianteira dos exércitos em luta, tendências como o Expressionismo, o Dadaísmo, o Cubismo e o Futurismo se afirmavam esteticamente e politicamente por uma renovação de idéias, mudando a imagem de Velho Mundo em decadência.

<sup>15</sup> “Jamais se acerta a sua apreciação crítica, com orientação de teorias que só permitem medir a presença de projetos exógenos. Elas só revelam uma face do complexo artístico latino-americano”. GONSALVES, Lisbeth Rebolo, 2007. p. 28.

Na pintura modernista “universal e particular” consiste na afirmação do “nacional” através do “regional”<sup>16</sup>, o que pode parecer paradoxal, mas que foi a “razão social” do Modernismo brasileiro. “A reivindicação regionalista, por muito longínqua que pareça desde o nacionalismo sem território, é também uma resposta à estigmatização que produz o território de que, aparentemente, ela é produto” (BOURDIEU, 1989, p. 126). Uma característica do Modernismo, de maneira geral, foi a reflexão da função da arte, o que em nosso caso, significou a inserção do artista nas questões político sociais: na mudança do imaginário social no que concerne a questão racial e na preocupação com a integração nacional, mais tarde também nas políticas do Estado.

Para demonstrar nossa interpretação da proposição de Fonseca, devemos citar uma personalidade que consideramos ter um papel relevante para a compreensão desta temática: Lucio Costa, arquiteto simpatizante do modernismo que, no entanto, não compactuava com o radicalismo do movimento no que tange a rejeição do academicismo passadista (cf. Fonseca, 2005, p. 90). Lucio Costa ocupou o cargo de chefe da Divisão de Estudos de Tombamento no Sphan e contribuiu com a inversão do Barroco em “*marca da nação*” (cf. Fonseca, 2005, p. 93). Num fio condutor das políticas de patrimônio ao “universal e particular” do Modernismo:

Para inserir o Brasil na consagrada história da Arte Universal, investiu-se na reapropriação do barroco, que passou a ser visto como um movimento artístico considerado profundamente renovador, que desde a “pureza” e “verdade” das construções gregas jamais havia se repetido e que, a partir do barroco, só teve novo momento renovador com a arquitetura moderna, advinda da revolução industrial. Foi esta que possibilitou a invenção de novos materiais, novas formas e técnicas. A genialidade de Lucio Costa construía, assim, a genealogia da “boa arquitetura”, universal, em que a produção brasileira se enquadrava, na origem e na atualidade. (CHUVA, 2003, p. 328. Ênfase da autora)

---

<sup>16</sup> A procura dos critérios “objetivos” de identidade “regional” ou “étnica” não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (...) são objeto de representações mentais, quer dizer, de actos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações objectais, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em actos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores. (BOURDIEU, 1989, p. 112. Ênfase do autor)

A escolha do barroco como “*marca da nação*” serviu a criação de um mito de origem da produção cultural brasileira ao mesmo tempo em que ajustava esta à produção europeia, que é o que podemos concluir das preleções do próprio Lucio Costa (1941, p. 12), em que avalia o estilo barroco como uma *verdadeira confederação de estilos*, que mantendo uma norma comum ainda se diferenciam entre si; uma “*commonwealth barroca*”, que repetindo as periodizações da Europa, detenha especificidades da impressão brasileira, da invenção e criação na apropriação “popular” do erudito. E deste modo o barroco foi re-apropriado como “original” da produção artística brasileira, em contraposição ao que se produziu no século XIX e início do XX, como supostamente importados.

Se considerarmos a prática de um momento pouco anterior a este: a Regeneração, momento que já comentamos no qual o Rio de Janeiro foi Distrito Federal, uma crítica quanto ao fundamento da postura que se pretendia legitimar com relação à produção do século XIX e início do XX, nos assalta. E mais ainda, entendemos que o barroco precisou ser re-significado, posto que por vezes o estilo fosse tido como demasiado rebuscado e até grosseiro, então daí a re-apropriação na construção de uma arquitetura moderna, ou melhor, o alcance de legitimidade da apropriação operada inicialmente por Lucio Costa, considerando que a “necessidade” de re-significação possa ter gerado uma disposição social e quando, na concorrência das produções em arquitetura, esta pode preencher uma função no sistema que criava. Segundo Chuva:

Evidentemente, uma determinada estética modernista atravessou o estudo de Lucio Costa, evidenciando um engajamento profundo com essa contemporaneidade e visão de mundo moderna. Lucio Costa promoveu então uma apologia do barroco, através da sua estética contemporânea e, ao mesmo tempo em que encontrava as “especificidades brasileiras”, preocupava-se permanentemente em introduzi-las no processo civilizatório europeu. (2003, p. 328. Ênfase da autora)

A reflexão que a autora trás nos faz referência a um contexto de disposições que tornam “a descoberta do barroco pelos modernistas” (FONSECA, 2005, p. 107) uma tomada de posição, quando agentes do campo da arquitetura orientam-se na busca de distinções reconhecidas como culturalmente pertinentes na arquitetura

moderna ao tempo em que fossem suscetíveis de serem reconhecidas, também, no campo patrimonial no estágio de sua autonomização.

...

No contexto internacional, ocorria na Grécia evento promovido pelos membros do Escritório Internacional dos Museus e da Sociedade das Nações, este originou a *Carta de Atenas de 1931*, onde continha recomendações para que a utilização dos monumentos lhes garantisse a “continuidade de sua vida”, destinando-os sempre a finalidades harmônicas com o seu conteúdo histórico ou artístico<sup>17</sup>. Dois anos depois, após uma série de encontros organizados por arquitetos que buscavam nos paradigmas da arquitetura moderna soluções formais frente aos problemas decorrentes do crescimento acelerado das metrópoles, foi realizado, também na Grécia, o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) que resultou na confecção da *Carta de Atenas de 1933*<sup>18</sup>. Conforme Pelegri, este último constitui uma relevante abordagem acerca da relação entre a preservação do patrimônio histórico e a crescente expansão das cidades, “pois insere a questão no âmbito do planejamento físico e territorial das áreas urbanas” (2006, p. 3).

Consideramos interessante este aspecto, levando em conta a expansão demográfica que, segundo Hobsbawm (1995, p. 337 – 362), atingiu com maior

---

<sup>17</sup> A Carta de Atenas de 1931 preocupasse essencialmente com os bens edificados, aprova certo direito da coletividade em relação à propriedade privada, e sugere que cada Estado membro adapte suas legislações em prol do interesse geral, para que a autoridade pública fosse investida do poder de tomar, em caso de urgência, medidas de conservação. Entre outras coisas, a recomendações no documento relativas ao respeito ao caráter e fisionomia das cidades para a valorização dos monumentos, recomendações relativas à conservação e restauro deste e a divulgação dos métodos e processos empregados, como também incentiva a centralização de documentos internacionais dos Estados membros. Além disto, enfatiza o papel da educação para a garantia da conservação dos monumentos justificando-se pelo interesse dos povos, por seu caráter pedagógico e pelo testemunho que representa de toda a civilização.

<sup>18</sup> O argumento central da Carta de Atenas de 1933 fundamentava-se na manutenção da qualidade de vida dos habitantes da cidade. Esta alcançou sentido universal ao pautar-se pela avaliação da experiência de trinta e três cidades dispersas no mundo. O documento propunha a articulação entre a cidade e sua região e respondia aos problemas urbanos, especialmente a questão da densidade demográfica e da habitação nas cidades industriais, vendo na arquitetura e no urbanismo um fator de mudança, definidor da forma da cidade, capaz de promover a solução dos e a saúde física e mental dos indivíduos e da sociedade. Os congressistas recomendavam que os monumentos e os conjuntos urbanos fossem enfocados nas suas excepcionalidades como documentos ou testemunhos da história. Indicavam o não emprego de estilos do passado nas novas construções erigidas nas zonas históricas e aconselhavam a destruição de cortiços ao redor dos monumentos e subsequente criação de áreas verdes nos seus entorno. Caberia aos especialistas promover uma seleção dos bens a serem tombados, podendo adotar-se medidas a conservação, a demolição, ou a preservação integral do bem ou parte dele, propondo que fossem salvaguardados apenas aqueles que constituíssem a expressão de uma cultura anterior que correspondesse ao interesse geral.

gravidade os países do “*Terceiro Mundo*” após 1940 com as inovações farmacêuticas e a queda nas taxas de mortalidade infantil, considerando que as taxas de natalidade nestes países já podiam ser consideradas altas em relação às européias. Segundo o mesmo, o aumento acelerado da população não foi acompanhado inicialmente de preocupação com o desenvolvimento. E neste período a industrialização já permitia sentir o peso demográfico nos centros urbanos.

Levando em consideração a repercussão dos debates internacionais, que se somam ao contexto político e cultural que se desenvolvia no Brasil, na Constituição de 1934<sup>19</sup> é mencionado o dever da União e dos estados na proteção às belezas naturais e monumentos históricos e artísticos, declarando inclusive, o impedimento à evasão de obras de arte do território nacional<sup>20</sup>. Essa disposição foi confirmada na Constituição de 1937, e viabilizou por meio do Decreto - lei nº 25 de 30.11.1937 a institucionalização dos processos de tombamento no país. De acordo com Fonseca, o ideal do patrimônio foi integrado ao projeto de construção da nação pela União a partir do Estado Novo, foi então que o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), criado em 1936, encontrou no decreto-lei seu principal instrumento jurídico.

A consolidação do Sphan, atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), deveu-se em parte a atuação do Ministro Gustavo Capanema, responsável pela pasta da Educação e Saúde Pública. Este se identificava com membros do Modernismo, e tornou-se uma personalidade forte no governo de Getúlio Vargas. Outras correntes também concorriam à institucionalização federal, como por exemplo, a Inspetoria de Monumentos (cf. Fonseca, 2005, p. 96) e diferentes grupos conservadores da sociedade. Capanema solicita a Mário de Andrade que redija um anteprojeto para a legalização de um

---

<sup>19</sup> BRASIL, Carta Constitucional – 1934:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 10** – Compete concorrentemente à União e aos Estados:

(...)

III. proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte.

<sup>20</sup> Na Constituição de 1934 também foi aprovado o regulamento do Museu Histórico Nacional, este, entre outras atividades, integrou a Inspetoria de Monumentos, um serviço de proteção aos monumentos históricos e obras de arte vinculadas às cidades históricas mineiras, admitindo nestas, limites ao instituto da propriedade privada submetida à função social do bem imóvel. Ver: Fonseca, 2005. p. 105.

mecanismo de proteção ao patrimônio cultural. O anteprojeto de Mário de Andrade expressava uma noção de patrimônio muito avançada para o período, em especial no que tange a abrangência do patrimônio artístico, embora no que se refere à “*arte histórica*” o intelectual não se afaste “da noção de história predominante no início do século, a história factual, centrada nos eventos políticos referentes aos grupos que detinham o poder” (FONSECA, 2005, p. 99-100) <sup>21</sup>. Foi então o projeto formulado por Rodrigo de Melo Franco Andrade, que esteve na direção do Sphan desde sua criação, que originou o Decreto - lei 25/1937. Para tanto, o diretor do Sphan embasou-se em outras propostas que vinham sendo apresentadas desde os anos de 1920, mas que, contudo, “esbarravam nas prerrogativas do direito de propriedade, asseguradas pela Constituição e pela legislação em vigor” (FONSECA, 2005, p. 96).

Uma noção de patrimônio foi institucionalizada com a criação do Sphan e a sanção do Decreto – lei nº 25/1937:

#### Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**Art. 1º** - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional os bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

A instituição legal do patrimônio para exercer sua “função social” deve determinar uma agência para a sua execução, e a “função social” que lhe “justifica”, para obter legitimidade dependerá da atuação desta agência em subtrair o caráter arbitrário de seu exercício. Desta legitimidade social alcançada derivará uma autonomia relativa na estrutura social, e assim o funcionamento da instituição como campo.

A agência como um corpo de agentes especializados pode contar com o poder político que lhe legalizou, com o poder do direito que lhe institui e com o poder de nomeação conferido pelo “título” de especialista de seus agentes. Ou seja, uma estrutura sofisticada para a legitimação do poder legalizado. “E a instituição entendida como o que já está instituído, já explicitado, exerce ao mesmo tempo um

---

<sup>21</sup> Ver também: MARIO DE ANDRADE, 1981. p. 39-54

efeito de assistência e de licitação e um efeito de arrematação e de mudança de posse.” (BOURDIEU, 1989, p. 166).

Não subestimamos a autonomia e eficácia do que se produz no campo político, mas devemos considerar o capital político em que se alicerça está autonomia, correlativa ao poder propriamente do governo. A instituição da agência do patrimônio se dá confluyente a instituição de um regime autoritário de governo, o Estado Novo, e a instituição de uma agência para a construção não pode ser encarada fora da perspectiva de re-estruturação do aparelho estatal para a acumulação de capital político.

O capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhe reconhecem. (BOURDIEU, 1989, p. 187-188. Ênfase do autor)

Um *quantum* de poder político é investido na institucionalização do patrimônio, então desde seu início funcionará como campo, posto que desde seu início disputará noções de patrimônio nacional com outros setores ou grupos da sociedade, mas a sua permanência, ou consagração, dependerá em parte da legitimidade alcançada na estrutura social e, portanto, de sua autonomização na esfera social. Não podemos perder de vista que a “noção fundadora” deste campo foi uma dentre outras possíveis, assim como seu desenvolvimento e transformações foram gerados em tomadas de posição e disputas em torno de idéias e interesses, por vezes não convergentes.

Outro aspecto que devemos considerar são as taxonomias disponíveis no campo das especializações, e as disposições que tornaram intelectuais simpatizantes ou pertencentes ao Modernismo os profissionais do patrimônio.

Estes são alguns dos elementos para o estudo da autonomização deste campo. Sem a pretensão da busca de uma origem mítica para o patrimônio, ao contrário, o que pretendemos é o entendimento como processo, mas não um processo mecânico, e sim crítico, onde as configurações e noções concorrentes, como possibilidades do possível, possam ser encaradas dentro do jogo de sua estruturação. O que nos interessa é antes o processo do que a gênese.

### 3.2 A AUTONOMIZAÇÃO DO CAMPO PATRIMONIAL

Segundo Fonseca, um dos pressupostos do modernismo, no qual é assentada temática do patrimônio no Brasil, consiste na “autonomia relativa da cultura em relação às outras esferas da vida social.” (FONSECA, 2005, p. 92). A autora avalia que atuação do Sphan até os anos de 1970 gozou de grande “autonomia” dentro do Ministério da Educação e Saúde, quando esta “autonomia relativa” passou a ser interpretada como alheamento do governo getulista e distância dos interesses das classes populares.

Devemos entender este postulado alheamento e distância dos interesses das classes populares como uma demanda<sup>22</sup>, a qual, no processo de autonomização não poderia passar despercebida, visto que se relacione mais com o rendimento do capital político investido do que com a permanência da forma dada a instituição em determinado estágio.

Assim: “A delegação de capital político pressupõe a objectivação desta espécie de capital em instituições permanentes, a sua materialização em ‘máquinas’ políticas, em postos e instrumentos de mobilização e a sua reprodução contínua por mecanismos e estratégias.” (BOURDIEU, 1989, p. 194)

A falência de uma instituição oficial também significa déficit no capital político do poder que lhe foi investido. Então está *autonomia relativa* do Sphan no MES não pode “ser interpretada como um sinal do pouco interesse político que o serviço tinha para o governo federal”. Com a função indireta de cooptação de intelectuais ou, a produção de um capital simbólico para a nação, significava não só a alocação de recursos públicos ou a satisfação de tal ou qual função, estas são importantes, mas igualmente importante é o rendimento do *quantum* de capital político investido.

Considerando que não havia uma categoria profissional definida para a atuação na classificação do patrimônio, a seleção dentre os grupos de intelectuais do grupo identificado ao Modernismo não é lógica, nem arbitrária, mas estratégica.

---

<sup>22</sup> Caberia perguntar quais grupos da sociedade produziu esta demanda e como esta foi expressa, o que infelizmente não dá para fazer aqui, posto que pedisse estudo aprofundado de pequenos casos que juntos configurassem esta demanda, através prioritariamente de pesquisa em fontes primárias ou estudo de campo, o que tornasse bastante dificultado devido a distância temporal. Também, dada a dimensão da pesquisa este estudo se configuraria um trabalho.

Entre os grupos que concorriam com os modernistas estava a Inspetoria de Monumentos, esta, que foi uma entidade do Museu Histórico Nacional, já estava em funcionamento desde 1933 e havia sido instituída pelo Decreto 24.735 de 14 de julho de 1994, na direção de Gustavo Barroso<sup>23</sup>.

O grupo que ficou à frente do Sphan, formado por intelectuais modernistas, partilhava idéias e propostas diferentes das de Barroso. Enquanto os modernistas assumiam uma postura de vanguarda na busca da identidade nacional, a partir da valorização estética do patrimônio histórico e artístico, Barroso fazia parte de uma ala mais conservadora, que se apegava aos vestígios do passado como forma de cultuar os homens ilustres e os grandes feitos da nação. (MAGALHÃES, 2007, p. 12)

Considerando que já havia uma instituição trabalhando com o patrimônio no Brasil, e que a esta também se ligava uma “*idéia de nação*”, os anos de atuação nesta entidade poderiam tornar o seu grupo o mais apto a atuação que se empreendia a nível nacional, em nossa avaliação a postura conservadora não era de todo um empecilho, contudo não foi este o grupo elícito para o *Serviço*.

Nos anos do Estado Novo os modernistas já haviam alcançado notoriedade, principalmente entre as camadas mais abastadas, mas, mais do que isto, como artistas engajados exerceram uma “*militância*” arrojada sobre o pensamento nacional, como vanguardistas questionavam o social. Havia construído um capital social que não só os aproximava do poder, mas também de outros grupos da sociedade mais abertos a uma nova postura, como a burguesia enriquecida do café, que além de concentrar um excedente de capital material também continha a disposição para novos investimentos<sup>24</sup>, cooptar este grupo poderia ser uma estratégia de alcance ao capital social deste grupo.

---

<sup>23</sup> Sobre o diretor da Inspetoria, Gustavo Barroso, e as noções de museologia, memória e patrimônio por ele desenvolvidas, ver: OLIVEIRA, 2003; MAGALHÃES, 2007 e FERREIRA COSTA, 2009.

<sup>24</sup> Cohn, ao analisar os problemas para a industrialização no Brasil, afirma que a condição primordial para a transição da economia de base não industrial numa economia capitalista, seria a existência de um excedente econômico exprimível em termos monetários, depois, um grupo beneficiado por esta concentração de renda suficientemente diferenciado para incorporar elementos e aptos a assumirem novas formas de comportamento econômico em relação àquelas vigentes no sistema original: a incorporarem e introduzirem inovações na atividade econômica; e por último, esses novos agentes econômicos devem contar com um suprimento de mão-de-obra e de consumidores para novos produtos (...), assim como matéria prima disponível (...) e fontes de energia. Cf. 1988, p. 285-286.

E ainda, não com consciente ou direcionado ao fim do emprego público, foram consecutivas as tomadas de posição do grupo, na própria afirmação do grupo como modernista, na militância arrojada, na afirmação como inteligência nacional frente as nações européias, na luta simbólica pela re-construção de um imaginário de nação e de povo, com os manifestos, artigos, e publicações políticas e artísticas. Todas estas foram tomadas de posição que distinguiram seus agentes e lhes geram capital simbólico e pessoal. Então ter estes agentes na instituição, independente da identificação destes agentes com o regime, podia significar um comodato de um capital simbólico interessante. A instituição como promessa se faria entendida pela imagem dos políticos que lhe assumissem. “A verdade da promessa ou do prognóstico depende da veracidade e também da autoridade daquele que pronuncia, quer dizer, da sua capacidade de fazer crer na sua veracidade e na sua autoridade.” (BOURDIEU, 1989, p. 186)

Então, não nos parece arbitrário o convite aos agentes deste grupo a atuação num empreendimento novo e de grande dimensão, como também não se vincula a lógica do natural ou do óbvio, mas é exatamente pelo poder simbólico que o grupo acumulou em convergência com o contexto que se firmava que, por vezes, este poder é ignorado. E, portanto, naturalizada a consagração deste grupo no campo do patrimônio.

...

Compreendemos que quando Fonseca se refere à “autonomia relativa” do Sphan no MES até aproximadamente 1970, está se referindo ao contexto onde outras esferas do organismo social não detinham a mesma liberdade de ação, principalmente se considerarmos que suas atividades iniciam no Estado Novo, período da ditadura Vargas e que persistirá até o fim da era Vargas, em 1945, e a eleição do marco: 1970 relaciona-se à mudança de diretor do órgão que se aposenta em 1967 quando o arquiteto Renato Soeiro assume o cargo. O “afastamento do governo getulista” e distância dos interesses das classes populares são conexos com o clamor suscitado pela renúncia de Getúlio Vargas a presidência e seu subsequente suicídio, em 1954, o que foi chamado de “*vitória na derrota*”, atinente a política patriarcal e populista de Vargas. Considerando válido o sentido da proposição de Fonseca, observamos que seria limitado relacionar a *autonomia* do Sphan dentro do MES a não intervenção autoritária do poder central, ou qualquer

intervenção no período que se convencionou chamar de período das Repúblicas Populistas. Então, vale ressaltar que tendo existido uma relativa autonomia do *campo* cultural e posterior rechaça a atuação que exerceu o Sphan, podemos fazer duas suposições: A primeira, que se chegou a uma crença comum, uma *doxa*, à necessidade de se institucionalizar manifestações culturais como bens patrimoniais da coletividade da nação, o princípio de toda disputa é o acordo quanto ao objeto a ser disputado; a segunda, é que mesmo não alcançando identificação nas classes populares, estas legitimavam os bens tombados como **parte** do patrimônio.

Uma vez que identidade preveja identificações, e dada à preocupação com a integração nacional na construção do Estado Brasileiro, as políticas de construção de uma identidade nacional deveriam ter como orientação criar identificações entre os desiguais seguimentos da sociedade. A eleição da arquitetura pública como “uma marca nacional capaz de promover a imagem de solidez do Estado brasileiro” (PELEGRINI, 2006, p. 12) durante a *Era Vargas* nos sugere que as políticas para promoção de uma identidade nacional, como uma política do Estado, ao tempo que serviam a construção do nacionalismo, como elaboração ideológica da na “*idéia de nação*”, servia a própria afirmação da “*idéia de nação*”, a criação de identificações seria possível, mas no âmbito de políticas públicas articuladas e integradas a política mais ampla do patrimônio.

Fonseca aponta para um processo de desgaste do modelo implantado pelo Sphan na Era Vargas, afirmando a pouca inovação no órgão, que teria em fins da década de 1960 centrado-se mais no aparato técnico e na conservação dos monumentos, ocasionando as denúncias na imprensa do abandono dos edifícios e degradação do patrimônio, além dos correntes problemas com o aumento da especulação imobiliária. A alternativa para estes enfrentamentos passou a ser encarada, não como apenas o convencimento da sociedade do valor cultural dos monumentos, mas a possibilidade de conciliação com o valor econômico e na potencialidade do turismo, de acordo com a aproximação com a UNESCO e a incorporação dos postulados da Carta de Quito (1967), e com a elaboração do Compromisso de Brasília (1970) e do Compromisso de Salvador (1971). O que indicava o investimento no restauro e conservação como alternativas ao desenvolvimento, paralelo a isto também era criado o Centro Nacional de Referência

Cultural (CNRC) <sup>25</sup>, que a autora aponta como sinal da insuficiência do órgão em suprir às “novas necessidades da preservação”. É neste momento também que o governo intervêm criando em 1973 o Programa Integrado de Restauração das Cidades Históricas (PCH), visando suprir a falta de recursos financeiros e administrativos do órgão (denominado no estágio de Iphan). (cf. 2005, p. 123-126 e 139-143).

Em outro apontamento de Fonseca refere-se ao perfil do intelectual na instituição, que a partir da década de 1970, quando o regime militar entra em crise, e o caráter nacional dos bens tombados é contestado “*por referirem-se somente as elites*”, “coube a intelectuais com um novo perfil (especialmente em ciências físico-matemáticas e sociais, administradores, pessoas ligadas ao mundo industrial) definir novos valores e novos interesses” (2005, p. 23). Considerando os dois grupos que atuaram neste campo naquele momento, o Sphan e o CNRC.

...

A partir destes apontamentos sobre o contexto da mudança do período de maior autonomia relativa ao período que está autonomia diminui, podemos identificar duas características, a primeira: a falta de inovação no órgão e a sua correspondente “tecnificação” (ver em: Arantes, 1987, p. 52; Fonseca, 2005, p. 139-140; Miceli, 2001, p. 363) e, a segunda: a mudança no perfil intelectual no órgão. As quais nós consideramos importantes a análise da autonomização, ou consagração, das políticas de patrimônio em nível nacional, considerando neste ponto mais do que a instituição que se inaugurou sob a denominação Sphan, mas sem perder de vista a centralidade que a instituição ocupou por um extenso período.

Para avaliar este processo, temos que ter em conta que se trata de uma instituição oficial, o inaugural Sphan passou por uma série de mudanças em sua trajetória, e correspondentes a estas por diferentes denominações: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, durante a Era Vargas; a partir de 1946, Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e; em 1970, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; para nos limitarmos ao período anterior a reforma institucional ocorrida no Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1979

---

<sup>25</sup> O CNRC não surgiu no interior da burocracia do Estado, mas, porém foi integrado ao Iphan com a fusão das políticas de preservação (Iphan, PCH, e CNRC) em 1979. Cf. FONSECA, 2005, p. 154-157.

(FONSECA, 2005, p. 154-157). E, sendo uma instituição oficial as “inovações” não poderiam ocorrer aos saltos, a instituição precisa de estabilidade para ter crédito, e, tão pouco, as maiores mudanças poderiam ter origem e fim na entidade, por maior a autonomia que goze a instituição sempre estará sujeita aos mecanismos que lhe institui e as coerções próprias a atividade que desempenha, o que garante a segurança e unidade do organismo. Tanto os agentes que nela investem seu trabalho e posição, com as benesses materiais e simbólicas que podem representar; quanto o Estado, no *quantum* de capital político investido; têm o interesse na seguridade e coesão do organismo. Bourdieu em estudo sobre as representações políticas coloca da seguinte maneira: “A simples ‘corrente de idéias’ não se torna num movimento político senão quando as idéias propostas são reconhecidas no exterior do circulo de profissionais” (1989, p. 183).

Além das coerções internas e externas a instituição, num momento de fragilidade, quando sua validade no cumprimento da função primordial que desempenha é questionada, como ocorreu com o Dphan (antigo Sphan), uma inovação na “ordem” da instituição poderia por fim a todo o trabalho já realizado, seria como assumir a não competência. Para Miceli:

Mesmo críticos renitentes aceitariam que a experiência de preservação do assim chamado “patrimônio histórico e artístico nacional” constitui a política cultural mais bem-sucedida na área pública deste país. E tal concordância poderia ocorrer a despeito do fato de cada um deles manifestar reservas de bom calibre quer aos conteúdos doutrinários cristalizados pela expressão entre aspas, quer no tocante à subsistência a que cada um dos termos remete. (2001, p. 359)

E é o que se apreende também das denúncias de abandono e descaso com o patrimônio, apesar dos conflitos e da grande especulação imobiliária o valor cultural dos bens tombados já era em parte reconhecido. Em parte devido a falha no que tange a preservação, se a própria instituição delegada para a preservação do patrimônio da nação não se mobiliza-se poderia sim levar a instituição a falência, ou talvez está tenha sido a demanda de maior peso a manutenção da própria instituição, não do patrimônio, mas do organismo responsável. A organização da casa para legitimação de todo um trabalho já realizado.

As denúncias e acusações que a entidade enfrentava, de não estar cumprindo com a função de construir um patrimônio que represente a nação brasileira, de representar somente os as elites através da produção material erudita, deve-se, em parte, a “brecha” a subjetividade dos agentes no mecanismo legal que lhe amparava: o *“excepcional valor”*, o que não significa que o exercício desta subjetividade tenha sido um acaso, e, ainda que de forma genérica, na expressão de “patrimônio das elites” está subentendido o reconhecimento apenas da produção material de um grupo da sociedade. Daí a mudança nos quadros técnicos e administrativos da instituição. A queda nos tombamentos foi uma emergência dada à dificuldade de gerir a preservação dos bens tombados.

...

É inerente a todo jogo político a disputa de idéias e posicionamentos, mesmo em um partido político seus militantes e corpo de agentes especializados debatem e disputam em lutas internas, não existe disputa somente entre diferentes partidos. Consideramos que a criação do CNRC fora da esfera oficial, possa ser um sinal mais claro da transformação de “corrente de idéias” em movimento político. O campo patrimonial não é uma agência, mas diferentes grupos de agentes e instituições que disputam noções e posicionamento em torno de um mesmo objeto. Não pretendemos aqui criar um marco para a autonomização do campo patrimonial, mas, a partir de um momento de intensas manifestações apreender aspectos da dinâmica do campo. Diversas instituições e grupos, até anteriores ao Sphan <sup>26</sup>, produziam noções de patrimônio nacional que concorriam, ou, integraram as noções produzidas na agência. Por exemplo: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o Arquivo Nacional, a Inspetoria dos Monumentos Históricos Nacionais, o grupo de artistas que fizeram frente à Academia Brasileira de Belas Artes, a Sociedade Brasileira de Belas Artes, as diferentes instituições museais brasileiras<sup>27</sup>, os diferentes grupos de especialistas que se formavam no Brasil<sup>28</sup>, as organizações

---

<sup>26</sup> Sobre instituições que trabalharam pela construção de história e memória nacionais ver: FERNANDES, 2010; ABREU, 1996; e SCHWARCZ, 1989.

<sup>27</sup> Em especial o Museu Paulista, Museu Histórico Nacional e o Emilio Goeldi. Ver: SCHWARCZ, 1993, p. 67-99.

<sup>28</sup> Em especial os cientistas sociais, que produziram uma gama imensurável de publicações sobre a formação da identidade brasileira, e entre outros assuntos. Entre eles encontrasse advogados, arqueólogos, historiadores, antropólogos, entre outros.

civis <sup>29</sup>, a imprensa, agentes da indústria, do mercado imobiliário, agentes sociais dispersos.

A tendência para a autonomização e divisão indefinida em minúsculas seitas antagonistas que está inscrita, em estado de potencialidade objetiva, na constituição de corpos de especialistas dotados de interesses específicos e colocados em concorrência pelo poder político (ou neste ou naquele sector do campo – por exemplo, um aparelho de partido) é contrabalançada em diferentes graus pelo facto de o desfecho das lutas internas depender da força que os agentes e as instituições envolvidos nesta luta podem mobilizar fora do campo. (BOURDIEU, 1989, p. 183)

A instituição que se inaugurou com o Sphan exerceu um protagonismo no campo patrimonial, mas para se consolidar precisou articular-se neste jogo. Vale dizer, que consolidar-se têm um significado mais amplo do que meramente estabelecer-se, a consolidação implica a solides e a coerência interna da instituição, o que, para tanto, se alcança com a maior “*burocratização*”, com o refinamento das coerções institucionais, o incremento e regulamentação da instituição por meios legais e oficiais, por meio da criação de postos internos e maior especialização das atividades, entre outras. Maior articulação também é de extrema importância, posto que seja uma forma de incrementar os serviços disponíveis, ao tempo em que apazigua os conflitos do campo, tomadas de posição não são imposições, mas negociações, uma economia de *trocias simbólicas*. Então, autonomizar-se significa mais condicionar-se do que se libertar, e mais negociar do que impor. O que não significa rigidez, ao contrario, significa maior dinâmica e complexidade ao campo, que não se configura tal ou qual instituição, mas na dinâmica de múltipla dimensão de coordenadas nos jogos entre campos e grupos relativamente autônomos. Ser protagonista em um campo não significa deter uma supremacia, mas aglutinar convergências.

---

<sup>29</sup> Como associações de moradores e grupos de leigos da igreja católica.

### 3.3 AS FUNÇÕES INTERNAS: ARQUITETURA COMO CATEGORIA

Na perspectiva de patrimônio como campo e de produção de um sistema simbólico compreendemos que esta produção refletirá, também, a estrutura de poder entre os grupos que competem no campo. Segundo Miceli, a falta de inovação no órgão em seus decênios iniciais deveu-se a uma definição restrita dos campos de atuação, “aquém da jurisdição completa que a legislação vigente autorizava”. E assim:

[...] deu margem à consolidação de instituições concorrentes e especializadas no trabalho de preservação dos patrimônios preteridos (arquivos públicos e privados, museus da imagem e do som, cinematecas, centros de documentação, centros de memória operária e sindical, entre outras). (2001, p. 363)

Fonseca frisa que os profissionais da agência do patrimônio eram em sua maioria arquitetos (2005, p. 110), e segundo sua pesquisa o Sphan até o final do decênio de 1960 inscreveu nos livros de Tombo 803 bens, constituídos em: 368 de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bens imóveis, 15 bens naturais e 06 arqueológicos (2005, p. 113). Assim, como percebemos o maior peso está na inscrição de bens arquitetônicos em oposição aos arqueológicos que ocupam a menor fatia. Segundo Julião, após balanço realizado na década de 1950, Rodrigo M. F. de Andrade teria reconhecido que o instrumento pouco fez pelo patrimônio arqueológico, tendo afirmado o diretor do Sphan que a proteção “permaneceu a cargo do Museu Nacional, não tendo podido, por enquanto, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico assumir a responsabilidade de sucedê-lo nessa tarefa” (ANDRADE, 1952, p. 108. *apud*. JULIÃO, 2009, p. 144).

Então, consideramos legítima a proposição de Miceli, o que em nossa ótica pode mesmo ter ameaçado a posição de protagonismo da instituição em um dado estágio, mas também significou a autonomização do campo como um todo, posto que a participação no jogo preveja certa autonomia relativa entre os campos concorrentes, e desta forma a definição de limites e leis em torno de uma mesma função, o que ao tempo que o configura como campo traz complexidades aos embates multidimensionais. Confirma um consenso e aglutina idéias em luta.

Contudo, torna-se evidente o maior poder do campo da arquitetura neste estágio, e, por conseguinte, monopólio da ação cultural legítima e determinação de funções internas próprias aos interesses do grupo. Daí o perigo e a ameaça concreta de perder o protagonismo, também daí a necessidade de maior intervenção do Estado e menor autonomia relativa em relação ao MES. Na perspectiva de Pelegrini:

As primeiras ações em prol da preservação do patrimônio cultural brasileiro, inseridas num projeto mais amplo de reconstrução do patrimônio como prática social integradora de Getúlio Vargas, promoveram a seleção de edifícios do período colonial em estilo barroco e palácios governamentais, em sua maioria prédios neoclássicos e ecléticos – escolhas justificadas pelos vínculos manifestos à história da nação. (2006, p. 12)

E mais adiante Pelegrini discorre sobre as estratégias de preservação do patrimônio histórico nacional, em que na sua análise, tendiam em muito a orientar-se pelas recomendações das *Cartas Patrimoniais de Atenas* (de 1930 e de 1933), em que ficava expresso o entendimento de "valorização" destes, por meio da criação de áreas verdes em seu entorno. "Para tanto, não raro, foram ordenados a destruição de marcas do século XIX e o aniquilamento dos arranjos urbanísticos originais, marcados por becos e vielas" (PELEGRINI, 2006, p. 12). O que certamente se relacionava em parte com a confiança nas qualidades redentoras do desenho arquitetônico e do planejamento urbano para a reordenação da forma da cidade e promoção da saúde física e mental, e, individual e coletiva, numa sociedade. E isto a serviço dos projetos da União para a criação de uma identidade nacional segundo ideais de civilização.

Esta perspectiva de poder, e também de trocas simbólicas, nos parece interessante. Entre os bens e valores das elites certamente existia e existe mais do que a arquitetura, e não pretendemos com isso negar a representação das classes dirigentes nos bens arquitetônicos tombados, mas pensamos que as classes dirigentes não se limitem a produções no campo da arquitetura. A afirmação genérica de que os bens tombados neste estágio pertença somente as elites serve a redução e ao imobilismo, não existe uma muralha cognoscível entre os grupos sociais, abismos sim, e são estes que devem diminuir para se reverter símbolos de opressão ativos.

## 4. O INSTRUMENTO DE ESTUDO

### 4.1 PATRIMÔNIO E DIVERSIDADE CULTURAL

Nosso esforço em demonstrar o a produção do patrimônio cultural como um campo de disputas serve menos ao estudo do passado do que aos estudos contemporâneos. Neste sentido, sugerimos o exercício de uma abordagem retrospectiva e perspectiva do campo patrimonial, de forma a especular suas questões atuais e a mobilidade de ação política neste campo.

Para abordarmos questões sociais e políticas que envolvem patrimônio cultural, temos claro que em qualquer questão perpassará por noções deste, que pode ser compreendido de diferentes formas: como um conjunto simbólico, como uma instituição social, como uma produção cultural; e diferentes sentidos: como instrumento de dominação cultural, como ferramenta de identificações sociais, como ferramenta de coesão social, como instrumento de democratização da cultura, entre outros. As formas e sentidos de compreensão correspondem a diferentes noções de patrimônio cultural, e estas a diferentes percepções e posicionamentos por parte de agentes de grupos que compõe a sociedade.

Na perspectiva gramsciana de divisão do trabalho, entendemos o Estado como formado por agentes de diferentes grupos sociais, então, as “noções oficiais” são geradas na negociação entre diferentes grupos de agentes orgânicos a diferentes grupos da sociedade (Gramsci, 1979, p. 11-15). Mas considerando que em dado estágio concorram diferentes noções de patrimônio, e que “coisas materiais e simbólicas estejam em jogo”, uma “*noção oficial*” não é um dado acabado em si, nem sua legitimidade caberia apenas a comunicação e informação por via de agências estatais. Os grupos sociais movimentam-se no jogo com os instrumentos que dispõem (oficiais ou não), empreendendo tomadas de posição que numa perspectiva multidimensional é o que dá força criativa ao *campo*.

A questão da “preservação não mais compreendida como competência exclusiva dos organismos oficiais, mas devendo ser aliada a políticas de educação patrimonial para a ‘apropriação social’ do bem patrimonial” nos remete ao embate entre noções oficiais e a produção de significados para sua legitimação no axioma: “*Conhecer para preservar*”, tão recorrente ainda hoje nos discursos que retificam muitas das iniciativas em educação patrimonial. Este é resultado dos debates pós Segunda Guerra Mundial, que gerou a produção em organismos internacionais de *Cartas Patrimoniais* com recomendações em diversos segmentos: restauração, turismo, desenvolvimento, urbanização, educação; culminando no documento mais próximo a esta questão: a *Carta Internacional para a Salvaguarda de Cidades Históricas* – Icomos, 1987. Na qual a participação da população residente das cidades era enfatizada, como também a necessidade de programas de educação patrimonial no ensino básico.

A questão que aqui sintetizamos no axioma “*conhecer para preservar*” ilustra um momento intermediário, quando após a consolidação das políticas de patrimônio no Brasil a legitimidade do órgão competente foi questionada e diferentes ações foram articuladas para sua permanência, entretanto, a esta questão deve ser encarada num contexto mais amplo às discussões deste período. Numa retrospectiva rápida podemos elencar em paralelo a esta questão debates sobre os efeitos negativos da modernidade social como o empobrecimento de países determinados genericamente de “Terceiro Mundo” (cf. Hobsbawm 1995, pp. 337 - 362); os encontros que deram origem a “ruptura” com a museologia tradicional por uma *Nova Museologia*, voltada a função social dos museus; o fim da Guerra Fria; o neoliberalismo econômico; os debates internacionais sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, como no Rio – 92 e Agenda 21; o avanço das ciências sociais; na historiografia surgem estudos sobre “memória” como os de Pierre Nora e Jacques Le Goff; entre outros. O Brasil decorria de um longo período de ditadura militar e na Nova República as manifestações sociais que já eram latentes tomam força. Mas, diferente de outrora, são movimentos étnicos, de gênero e orientação sexual, pelo meio ambiente, pela paz, e, também pela diversificação do patrimônio cultural, que ganham dimensionamento; manifestações da ordem dos direitos culturais e da melhoria da qualidade de vida (Offe, 1985). É neste momento também, que ocorrem mudanças na política interna da UNESCO, com a retirada dos EUA e a “articulação

entre países dos antigos ‘bloco socialista e Terceiro Mundo’” o que, segundo Simone Scifoni (2006, pp. 74-75), gera uma nova orientação, mais aberta a valorizar culturas não ocidentais, e destarte, as preocupações com a cultura popular e tradicional são afirmadas em âmbito internacional (UNESCO, 1989). Todos estes acontecimentos, ou contextos, são elementares para que, na contemporaneidade ocorressem às mudanças, que ainda tão recentes, já se tornaram marco nas noções de patrimônio cultural.

Considerando estes contextos, ao tempo em que ocorrem conquistas pela diversidade cultural noções de cidadania e participação social começam a mudar (REIS, 1999, p. 80), no axioma “*conhecer para preservar*” já percebemos direcionamentos neste sentido, porém, ainda enraizado numa noção de patrimônio fundada em concepções de civilização, com a ampliação das noções de patrimônio na virada do milênio, mais do que a busca de uma cidadania ativa, a orientação das políticas de patrimônio têm demonstrado maior preocupação com a diversidade cultural. As preocupações com a preservação dos bens edificados pautam-se mais por sua valoração cultural contemporânea, diversa para cada grupo, existente na dinâmica cultural. Então, seu alicerce é tido mais na permanência e pluralidade de “*sentidos*” produzidos na diversidade cultural do que em sua significação “*original*”.

As novas orientações as políticas de patrimônio se iniciam no Brasil com as iniciativas que dão origem ao nosso decreto 3551/00, que institui o registro de bens de natureza imaterial do patrimônio cultural brasileiro, ainda estão conquistando espaço. A saber, o Brasil é vanguarda na América Latina, o registro do patrimônio imaterial. Quando em 1999, o Conselho Executivo da Organização decidiu criar uma distinção internacional intitulada *Proclamação das Obras Primas do Oral e imaterial da Humanidade*, no Brasil a carta de Fortaleza já completava dois anos (produto do Seminário "Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção", promovido pelo Iphan em novembro de 1997), e quando a UNESCO realiza a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, em outubro de 2003, nós já contávamos com nosso dispositivo legal para a proteção do patrimônio imaterial, o decreto nº3.551 de 04 de agosto de 2000. O que atesta a posição pioneira do Brasil, estas mudanças que já se configuram marco nas políticas de patrimônio são bastante recentes, e podemos afirmar com segurança que o Brasil antecipou estas mudanças.

A afirmação contemporânea de “*patrimônio cultural*” em oposição a “*patrimônio histórico e artístico nacional*”, eleva o patrimônio a um status acima, mas não fora, das questões nacionais em referência a diversidade cultural humana, a *Convenção para proteção e promoção da diversidade cultural* (UNESCO, 2005) complementa o sentido desta nova orientação e perspectiva.

Como perspectiva o reconhecimento, ou valorização, da diversidade cultural nos traz não somente novos agentes disputando objetivamente neste campo, como diferentes grupos de produtores de cultura tradicional, como também traz uma série de problemas. Após o Decreto 3.551/00 (que institui o registro de bens de natureza imaterial) foram inúmeras as publicações discutindo o mecanismo legal, sua abrangência, limites e benefícios (ex.: Pelegrini e Funari, 2009; Neto, 2009; Pelegrini, 2008; Homero, 2006; Fonseca, 2001); sobre as demandas específicas geradas pelo registro de bens de natureza imaterial, mas não supridas pelo mecanismo legal ou por outro instrumento oficial, estão: a da função e valia do registro de bens naturais para a preservação do meio ambiente, a validade do registro dos *locais* para as comunidades tradicionais, a globalização e o registro das expressões culturais, o registro dos saberes e os agentes sociais (ex.: Homero, 2006; Mancuso, 2007; Scifoni, 2000); entre outras.

Nesta perspectiva o reconhecimento do patrimônio imaterial pelos organismos oficiais opera não só uma ampliação do patrimônio cultural a diferentes espaços, mas, a multidimensionalidade do *campo*, que é objetivada nas disputas, posicionamentos e noções (sentido e forma); e a própria dinâmica de construção do patrimônio, que se valendo dos direitos culturais e da noção genérica de diversidade cultural, tem movimentado diferentes grupos sociais na negociação.

## 4.2 CONTRIBUIÇÃO AO SISTEMA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A produção do sistema simbólico do patrimônio cultural é institucionalizada e regida por leis de funcionamento que competem a um corpo de agentes especializados o seu comprimento. Contudo este corpo de agentes não é o produtor de significados para os bens tombados, e sua atuação só é possível na negociação

com agentes de outros campos da sociedade. Além das coerções próprias a limitação e abrangência dos mecanismos legais que lhe amparam o seu funcionamento, que legitima oficialmente sua função, existem as coerções não explicitadas e mais próprias as regras do jogo do que a burocracia. Como também existem abrangências mais próprias a instância de legitimação cultural do que a agência do patrimônio cultural.

Obviamente nossa legislação de patrimônio, sendo bastante abrangente, detém uma autoridade relativa quanto ao valor da coisa tombada, ou registrada, sendo que o valor de memória e referência a nação só justificáveis no presente, o que se relaciona com a produção cultural no estágio de seu reconhecimento como patrimônio. Isto é emblemático no caso da arquitetura, mas que é válido para outros campos também, como o reconhecimento de valor histórico e a construção da história oficial na agência do IHGB. Na perspectiva da autoridade dos campos de especializações as disputas em torno do patrimônio podem parecer mecanizadas ou naturalizadas, mas é num exercício de uma abordagem retrospectiva e perspectiva que os domínios do patrimônio devem ser pensados. Assim como sua função social e política. Se em um dado estágio a pressão de um campo especializado da produção cultural foi de grande peso na ação patrimonial, em um estágio seguinte outros campos reclamam seu direito, tanto quanto a legitimação cultural como quanto o desenvolvimento de produções contemporâneas e as disputas entre o novo e o velho, o desenvolvimento e a estagnação. Ora, novo e velho e a correspondência entre desenvolvimento e estagnação são concepções construídas e em parte correspondentes a atuação do próprio organismo de legitimação cultural. Mas uma abordagem retrospectiva e perspectiva servirá a confirmação de falhas num trabalho de abrangência multidimensional e inter e intra-disciplinar?

A ortodoxia do patrimônio tem em sua raiz a incumbência de criar um capital simbólico para a nação ao tempo em que representa esta e cumpri uma função social. Avaliando que esta função social se transfigure em função política e que a manutenção da instituição por vezes passe por puxos e contra-puxos da rigidez para não perder o rigor de sua função social. Como nas questões de supostos entraves ao desenvolvimento social ou/ e econômico. Esta transfiguração das funções sociais em funções políticas não é tratada senão com grandes reservas, realmente não

consideramos aqui que exista algum antagonismo entre as funções que podem coexistir, mas para tanto precisa ser admitida e melhor estruturada.

Seria uma ilusão se pensar a ação patrimonial como univocamente social. Nosso objetivo em demonstrar a construção do patrimônio como um campo de disputas é evidenciar aspectos deste jogo, bem como os benefícios que pode gerar, a fim de nos articularmos melhor neste campo. Seguramente a mediação com os campos de especialidade podem gerar a atualização da instituição do patrimônio, mas para estes valores que são investidos no capital simbólico do patrimônio render, aos grupos e a nação, deve haver investimento de ambas as partes.

A produção de significado se dá pelo uso prático, pela convivência, pelo estudo, e por ações direcionadas. Contudo esta última não atendera sua potencialidade se permanecer em ações isoladas e nesta perspectiva não é monopólio da agência do patrimônio a produção de significado. Neste sentido uma maior autonomia dos campos de produção cultural no campo do patrimônio pode ser benéfica e gerar dinâmica e compromisso.

O sistema simbólico não serve só a comunicação e conhecimento, como talvez já se tenha projetado num ideal iluminista, mas a atribuição de significados não é unidimensional, e compreende os bens tombados, ou registrados, como também os bens não abrangidos por esta distinção. Logo, não se trata de especular as diversas formas e sentidos que lhe são atribuídos e os conseqüentes significados que são produzidos, mas de compreender a significação na lógica das funções políticas implícitas dentro de um contexto de disposições sociais.

A instituição do patrimônio é uma ferramenta que pode servir ao acesso a bens culturais de múltiplos grupos da sociedade, como um meio de sensibilização que possibilite aos sujeitos apropriar-se de múltiplas linguagens, e assim, tornando-os mais aberto para a relação com o outro, e fortalecendo a percepção de identidade e de alteridade. Em tese, isto seria quase que automático e muito natural, mas se em nossa atuação enfrentamos tantos problemas ocorre que em muitos aspectos o sistema simbólico que produzimos precisa ser re-pensado. Significados propriamente culturais não emanam do patrimônio. Mas se hoje convivemos com produções culturais de outros grupos, outros significados e valores podem lhe ser atribuídos e, desta forma, promover a alteridade. A valoração pode estar muito mais ligada ao “*local*” pelo que representa no cotidiano do que ao fino trato dos que

cultivam o sensível e o intelecto. Uma imposição senhorial de um suposto significado correto serve a opressão e ao desentendimento, a afirmação invertida de todos os valores que se nega em uma eleição arbitrária de valor legítimo.

O convencimento do valor de um bem cultural está mais em seu cotidiano do que em uma origem ou em uma técnica que tenha desaparecido seus meios de reprodução. Gonçalves aponta para duas posturas distintas com relação ao patrimônio cultural, distinguido “monumentalidade” e “cotidiano” (2002, p. 112-114), sendo que no segundo caso, o passado é compreendido numa perspectiva relacional, e torna-se uma representação da diversidade cultural nas diferentes experiências pessoais e coletivas com o patrimônio, o que permite a identificação dos grupos não abarcados pela história oficial. Consideramos está uma perspectiva de boa validade, mas está não se realiza por si só, vivência e cotidiano são frutos de trajetórias, que tanto estão relacionadas ao desenvolvimento local quanto aos usos do espaço. Logo, trabalhar com o cotidiano exige investimento no desenvolvimento social, na infra-estrutura urbana ou rural e em qualidade de vida; além de ter em perspectiva que os resultados só serão possíveis em longo prazo.

Poderíamos explorar diversas perspectivas de estudo e de prática institucional política para o patrimônio, sem, no entanto, chegar a mais acertada e validada para o todo nacional. Contudo, podemos concluir que não cabem só as agências do patrimônio “*dar fim*” as desigualdades sociais, e que um protagonismo neste campo pede cada vez mais dividir compromissos em trabalhos integrados com outras instâncias sociais. O sistema simbólico do patrimônio cultural refletirá de todo modo a sociedade que o concebe, pelo que apresenta e pelo que exclui, mas também pelo tratamento que recebe e significados que produz seus produtores sociais, não distantes, mas, imbricados vida e disposições da dinâmica social.

## REFERÊNCIAS:

- ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996
- ALENCAR, Aline Ferreira de. *A tutela judicial do patrimônio cultural brasileiro*. In: Anais do XVI Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007. pp. 4137-4153.
- AMARAL, Aracy. *Artes Plásticas na Semana de 22*. 5ª edição. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- ANDRADE, Mario de. *Cartas de Trabalho*. Brasília: MEC/ Sphan/ FNpM, 1981.
- ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*. México: Instituto Panamericano de Geografia e História; Instituto Nacional de Antropologia e
- Historia de México. (Monumentos Históricos e Arqueológicos III), 1952.
- ARANTES NETO, Antonio Augusto. *Documentos históricos, documentos de cultura*. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 1987. Nº 22. pp. 48-55.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- \_\_\_\_\_. *A distinção: Crítica social do julgamento*. São Paulo: Zouk, 2007a.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Coisas Ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade: T. A. Queiroz*, 2000.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.
- CHUVA, Márcia. *Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado*. In: **TOPOI**, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, pp. 313-333.
- COHN, Gabriel. *Problemas da industrialização no século XX*. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988. pp. 283 – 316.
- COSTA, Lucio. *Arquitetura jesuítica no Brasil*. In: **Revista do SPHAN** nº 5, 1941.
- COSTA, Luiz Mário Ferreira. *Maçonaria e antimaçonaria: uma análise da “História secreta do Brasil” de Gustavo Barroso*. Dissertação (Mestrado em História)— Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.
- COSTA, Wilma Peres. *A economia Mercantil escravista Nacional e o processo de construção do Estado no Brasil (1805-1850)*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA,

- José Roberto do Amaral (orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. 2º Ed. Revista – São Paulo: Hucitec/ ABPHE, Ed. Universidade de São Paulo, 2002, pp. 147 – 160.
- DURKHEIM, É. *Émile Durkheim: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1978. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- DREIFUSS, René Armand. *A Formação do Populismo*. In. *1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de classe*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981. pp. 22-48.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização. Vol. II*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. *Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937)*. In: Seminário Internacional Políticas Culturais: Teorias e Práxis. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2010.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política Federal de preservação no Brasil*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MinC-Iphan, 2005.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Monumentalidade e discurso: os patrimônios culturais como gênero e discurso*. In. OLIVEIRA, L. (org) *Cidade: História e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. pp. 108-123.
- GONSALVES, Lisbeth Rebolo. *Modernização e Modernidade na Arte Brasileira do Século XX*. In: \_\_\_\_\_. (org.) *A arte Brasileira no século XX*. São Paulo: AICA, AMC USP; Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.
- HARDMAN, Francisco F. “*Antigos Modernistas*”. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- HOBBSAWM, Eric. *A construção das nações*. In. \_\_\_\_\_. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- \_\_\_\_\_. *O terceiro Mundo*. In. \_\_\_\_\_. *A Era dos Extremos: O breve século XX 1914 - 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOMERO, Alder. “Patrimônio imaterial: Problema mal – posto”. *Diálogos, DHI/PPH/UEM*, v. 10, nº 3, pp. 97 – 116, 2006.
- ICOMOS. *Carta Internacional para a Salvaguarda de Cidades Históricas*, 1987.
- IPHAN. *Carta de fortaleza*, 1997.
- JULIÃO, Letícia. *O Spahan e a cultura museológica no Brasil*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, p. 141-161.
- LEITÃO JÚNIOR, Artur Monteiro. *Entre a “regeneração” e “encenação”: O Rio de Janeiro de Olavo Bilac e Lima Barreto*. In. **Actos Del XI Colóquio Internacional de Geografía: La Planificación territorial y El urbanismo desde El diálogo y La participación**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2010. Não paginado.
- Disponível em:

**Instituto de Geografía / Departamento de Geografía**

**Facultad de Filosofía y Letras – Universidad de Buenos Aires**

[www.filo.uba.ar/index.php/geocritica/2010/paper/view/588.htm](http://www.filo.uba.ar/index.php/geocritica/2010/paper/view/588.htm)

Acesso: novembro de 2010

LUSTOSA, Isabel. *Um Brasil que queria ser francês*. In: PINHEIRO, Liliana. *O olhar dos viajantes: o Brasil e sua gente*. São Paulo: Duetto, 2010.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Tecendo memórias. Gustavo Barroso e as escritas de si*. Anais das Jornadas de 2007. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, 2007.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Ação Civil Pública: em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos consumidores: Lei 7.347/85 e legislação complementar*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

MICELE, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia da Letra, 2001.

OFFE, Claus. New Social Movements, challenging the boundaries of industrial politics. **Social Research**, 52 (4), pp. 817-868.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert. *O conservadorismo a serviço da memória: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso*. 2003.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PELEGRINI, S. C. A.; FUNARI, P. P. *O que é patrimônio cultural imaterial*. São Paulo - SP: Brasiliense, 2009.

PELEGRINI, Sandra C. A.. *A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade*. Franca: Revista História [online]. 2008, vol.27, n.2, pp. 145-173.

\_\_\_\_\_. *O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil*. Patrimônio e Memória (UNESP. Online), CEDAP - UNESP, v. 2, n. 2, p. 1-24, 2006.

POUTIGNAT, Philippe. FENART, Jocelyne Steiff. *Raça, etnia, nação*. In: \_\_\_\_\_. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp (FEU), 1998. pp. 33 – 54.

REIS, Manuela. *Cidadania e Patrimônio: Notas de uma pesquisa sociológica*. **Sociologia – Problemas e Práticas**, nº 29, 1999. pp. 77 – 94.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. *Os guardiões de nossa história oficial*. São Paulo: IDESP, 1989.

SCIFONI, Simone. *A construção do patrimônio natural*. São Paulo: Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de doutor em Geografia; 2006.

- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Cíntia Mayumi de Carli. *A produção editorial no Sphan (1937-1967)*. In. XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio: *Memória e patrimônio*. Rio de Janeiro, 2010.
- TROTTA, Felipe C.. O forró eletrônico no Nordeste: um estudo de caso. In *Texto* (UFRGS. Online), v. 1, p. 102-116, 2009.
- UNESCO. Convention on the protection and promotion of the diversity of cultural expressions, 2005. Disponível no site: <http://www.unesco.org> . Acesso em jul./2009.
- UNESCO. Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular. 1989. Disponível no site: <http://www.unesco.org>. Acesso em maio/2009.
- UNESCO. Convenção para a salvaguarda do patrimônio imaterial. Paris, 17 de Outubro de 2003 entra em vigor a 20 de Abril de 2006. Disponível no site: <http://www.unesco.org>. Acesso em maio/2009.
- VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro, 1941, VIII.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: tunas e quixotes*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- WEBER, Max. *Economia y sociedad*. Buenos Aires, Fundo de Cultura Económica, 1992.
- WERNECK SODRÉ, Nelson, *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.